



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

JOSÉ HENRIQUE MARQUES

MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA: exclusão de gênero no exercício da função

São Bernardo – MA
2019

JOSÉ HENRIQUE MARQUES

MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA: exclusão de gênero no exercício da função

Monografia apresentada ao Curso Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão como um dos requisitos a obtenção do título Licenciado em Ciências humanas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Amanda Gomes Pereira

São Bernardo – MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Marques, José Henrique.

Mulheres na segurança pública : exclusão de gênero no exercício da função / José Henrique Marques. - 2019.
59 f.

Orientador(a): Amanda Gomes Pereira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2019.

1. Mulheres na Segurança Pública. 2. Preconceito no trabalho. 3. Rede de Sociabilidade. I. Pereira, Amanda Gomes. II. Título.

JOSÉ HENRIQUE MARQUES

MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA: exclusão de gênero no exercício da função

Monografia apresentada ao Curso Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão como um dos requisitos a obtenção do título Licenciado em Ciências humanas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Amanda Gomes Pereira

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Amanda Gomes Pereira (Orientadora)

Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^o Dr.^o Clodomir Cordeiro de Matos Júnior (1^o Examinador)

Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^o Esp. Ronilson de Oliveira Sousa (2^o Examinador)

Especialista em História do Brasil

A Deus pelas oportunidades. À minha família e as meus amigos e especialmente minha bisavó Amélia Martins de Oliveira, por me incentivar a lutar pelos meus sonhos e acreditar mais em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir-me alcançar esta conquista, a saber, a conclusão deste curso. Sou imensamente grato pela força e coragem que me forneceu até a reta final deste curso, sou grato por me ajudar vencer obstáculos que surgiram no decorrer desta trajetória.

Agradeço imensamente a minha bisavó Amélia, mas conhecida por (Doninha), pela educação dada, por me ensinar o valor da honestidade e a nunca desistir daquilo dos meus sonhos. Dedico a você o diploma dessa vitória. Agradeço também a minha mãe por seus ensinamentos e cuidados diários.

Agradeço a três pessoas em especial, minha amiga Jeane Oliveira pelo companheirismo e força. A meu chefe e amigo Luís Porto que sempre me liberou nos horários de serviço para poder assistir aula e fazer meus trabalhos. E, a minha amiga Glória Fernanda pelo apoio que me concedeu.

Agradeço também, aos meus amigos de turma, e principalmente, ao meu grupo Juliana, Luana e Sandra, obrigado por toda amizade e companheirismo.

Um agradecimento especial fica para minha professora e orientadora Dr. Amanda Gomes Pereira que sempre me forneceu todo o apoio necessário para a concretização deste estudo. Sou imensamente grato por sua paciência na execução deste trabalho. E os meus agradecimentos vai também Banca examinadora ao professor Dr. Clodomir Cordeiro de Matos e ao Prof. Ronilson de Oliveira Sousa.

Aqui fico meu agradecimento a todos e a todas que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa intitulada “MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA: exclusão de gênero no exercício da função” mostra a presença das mulheres na brigada policial. Já que, a força de segurança pública, a polícia existe a mais de 181 anos, que somente veio a existir a presença feminina em 1986, ano em que as primeiras mulheres começaram a ingressar na corporação policial. Contudo foi realizado por meio de uma abordagem descritiva, que apresenta como referencial teórico e teorias que relatam que essas mulheres não foram muito aceitas na corporação já que ainda existe o preconceito da população e até mesmo dos próprios colegas. Diante disso, suas lutas em meios às conquistas foram brandas árduas, mesmo com diferenças de salários desiguais, elas não desistiram, lutaram. Desse modo, o preconceito precisa mudar, não somente nos homens, mas também nas próprias mulheres. Diante disso, minha pesquisa com isso, foi realizada uma pesquisa de campo no qual fiz um questionário com perguntas e entrevistei 09 (nove), mulheres que trabalham na segurança pública, de São Bernardo e de Santa Quitéria/MA e, diante dos relatos dessas mulheres interpretei e elaborei dados com suas respostas de como elas atuam na sua profissão diária.

Palavras-chave: Mulheres na Segurança Pública. Preconceito no trabalho. Rede de Sociabilidade.

RESUMEN

This research entitled “WOMEN IN PUBLIC SECURITY: GENDER EXCLUSION IN THE EXERCISE OF OFFICE” shows the presence of women in the police brigade. Since, the public security force, the police exist for over 181 years, which only came to exist the female presence in 1986, the year when the first women began to join the police corporation. However, it was carried out through a descriptive approach, which presents as theoretical reference and theories that report that these women were not very accepted in the corporation since there is still prejudice from the population and even from their own colleagues. Given this, their struggles in the midst of conquests were arduous, even with unequal wage differences, they did not give up, they fought. Thus prejudice must change, not only in men, but also in women themselves. Given this, my research with this, was conducted a field research in which I made a questionnaire with questions and interviewed 09 (nine) women working in public security, São Bernardo and Santa Quitéria / MA and, in the face of reports of these Women have interpreted and compiled data with their responses to how they perform in their daily profession.

Keywords: Women in Public Safety. Prejudice at work. Social Network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –.....	22
Figura 2 –.....	27
Figura 3 –.....	28
Figura 4 –.....	29
Figura 5 –.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	46
Gráfico 2	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	47
Gráfico 3	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	48
Gráfico 4	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	49
Gráfico 5	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	50
Gráfico 6	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	51
Gráfico 7	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	52
Gráfico 8	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	53
Gráfico 9	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	54
Gráfico 10	– Respostas das entrevistas Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.	55

LISTA DE SIGLAS

DATAUS - Departamento de Informações do Sistema Único de Saúde do Brasil.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

GM – Guarda Municipal.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano.

PC - Polícia Civil.

PM - Polícia Militar.

PIB – Produto Interno Bruto.

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão.

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	11
1. A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.	14
1.1 Mulheres e o sistema de cotas em instituições policiais.....	19
1.2 História da polícia militar no Maranhão.....	20
1.3 Polícia Feminina, a que se refere essa denominação?	22
1.4 Ser policial.....	24
1.5 Policiais militares femininas ocupando cargos públicos, limites de dados	26
2. FORÇAS POLICIAIS NO BRASIL	31
2.1. Breve histórico: Corporações Policiais	31
2.1.1 Polícia Militar	32
2.1.2 Polícia Civil	32
2.1.3 Guarda Civil	32
2.2. Polícia militar é lugar de mulher	33
2.3. Missão comum: proteger	35
3. METODOLOGIA	41
3.1 Descrição da Região do Baixo Parnaíba Maranhense – Local da pesquisa	41
3.2 A Realização das Entrevistas: Eu enquanto ser ambíguo – Guarda Municipal e Pesquisador.....	43
3.3 Análise de dados	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.	57
APÊNDICE.	59

INTRODUÇÃO

A segurança pública hoje no Brasil, e no mundo, é considerada uma das áreas que os profissionais mais se submetem a vários tipos de riscos, principalmente, pelas ações desenvolvidas por instituições de segurança pública e disseminação das narrativas e discursos de medo no tecido da sociedade. Há um discurso reproduzido pelos integrantes das instituições policiais que: “*Para ser um policial primeiro tem que ter amor à profissão e coragem para cumprir essa jornada*”. O fato é que, em nosso país, esse amor está vinculado a se sujeitar a condições de trabalho precárias e a incorporação da *metáfora da guerra*¹, no exercício da função.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, mulheres cada vez mais ocupam funções de trabalho distintas. Antes, dificilmente via-se uma mulher sentada numa tribuna julgando e condenando um indivíduo que cometeu um crime, existiam poucas juízas, delegadas, promotoras, advogadas, agentes penitenciárias ou mulheres ocupando cargos políticos – a exemplo nosso país teve até hoje somente uma Presidenta da República, Dilma Roussef, que seu mandato interrompido por um processo de impeachment. Cargos esses que antes eram compostos, em sua maioria, por homens, tanto no Brasil como em outros países.

Barreiras como essas foram vencidas a partir de lutas dos movimentos sociais, em prol dos direitos e valores iguais. Hoje uma corporação policial ou de elite na área da segurança pública ou privada, ainda é vista como profissão destinada aos homens, representada pela força física e pela reprodução de relações e *performances* machistas que caracterizam a instituição. Entretanto, ao longo dos anos, foram criadas cotas permitindo a entrada de mulheres para atuar como policiais e nas demais funções referente à segurança pública.

Diante disso, este trabalho tem como tema: “MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA: a exclusão de feminino no exercício da função” e, nesse sentido, parte-se do princípio de que nas corporações e instituições policiais e militares, há processos e dinâmicas de exclusão do feminino. Suas representações e corporalidades, independente do gênero que

¹ De acordo com Marcia Pereira Leite “guerra” refere-se às orientações implícitas ou implicitamente institucionalizadas para o trabalho policial nas favelas sobre como fazer a guerra aos traficantes de drogas sem atentar para a segurança dos moradores e que são rotinizadas no recurso a “força desmedida” isto é, para além de sua atribuição constitucional (BRODEUR, 2004, p. 626).

se relaciona neste universo – aqui, chama-se atenção para os preconceitos sofridos tanto por mulheres como por homossexuais masculinos. Nosso objetivo principal é descrever as relações, dinâmicas e situações de assédio moral e sexual enfrentados por mulheres que exercem funções na segurança pública nos municípios que integram o Baixo Parnaíba Maranhense². A mulher enquanto profissional da área ainda sofre com questões de preconceito, exclusão e violência – seja ela psicológica, física e/ou verbal.

Esta pesquisa tem como objetivo geral descrever como a sociedade discrimina mulheres inseridas nas instituições públicas de segurança pública e, assim, demonstrar as estratégias delas no enfrentamento cotidiano dos casos de abusos e violências simbólicas. Para tal, foram realizadas entrevistas de profundidade com agentes femininas que ocupam esses cargos e funções – tanto na polícia civil e militar, como na Guarda Municipal dos municípios dessa região. Para retratar os desafios em suas carreiras, busca-se apresentar relatos de profissionais femininas na área, bem como demonstrar leis que asseguram direitos iguais ao acesso de homens e mulheres. Além disso, propõe-se desenvolver considerações pautadas em reflexões teóricas de autores e autoras que há algum tempo se dedicam ao estudo e pesquisa da temática.

Esse estudo se constitui em dois eixos: análise dos dados metodológicos, junto com a pesquisa de campo de caráter descritivo qualitativo, a partir de um intenso diálogo com teóricas. Serão abordados conceitos acerca de igualdade de gêneros, sobretudo sobre o caráter sócio-histórico de construção dessas relações – enfatizado pela historiadora norte-americana Joan Scott (1995). Com relação aos estudos sobre as dinâmicas sociais e relações de trabalho de mulheres integrantes do corpo profissional das corporações da segurança pública, destacamos os levantamentos e análises empreendidos por Minayo (2005; 2013), precursores dos estudos sobre as consequências das desigualdades de gênero nesses espaços.

Desse modo, façamos um convite para que se debrucem sobre os contextos dessas mulheres e as formas cotidianas de exclusão e desigualdades de gênero, amplificadas nessas profissões majoritariamente masculinas – com um número de efetivo masculino bem acima do feminino e representado, como naturalmente vinculada a esse universo por serem

² Cidades a serem feitas a Pesquisa de Campo, local de trabalho das Mulheres que compõem a segurança Pública é: São Bernardo, Santa Quitéria e Magalhaes de Almeida/MA.

caracterizadas pela valorização da força física em detrimento das estratégias de ação pautadas nas operações de *inteligência*³.

Pelo fato de eu fazer parte da Guarda Municipal de São Bernardo/ Maranhão, durante o turno do meu trabalho, ao acompanhar agentes femininas, presencio casos de abusos e de respeito com essas profissionais que se veem obrigadas a criar estratégias que garantam o exercício da função ou aceitem em silêncio as agressões e violências simbólicas. Em uma cidade de pequeno porte, no interior de um estado que até os anos 90 eram majoritariamente rural, as práticas e comportamentos dos indivíduos reproduzem crenças que naturalizam a presença feminina no espaço doméstico e no cuidado das crianças e dos idosos.

Diante disso, as mulheres que ocupam os espaços públicos, principalmente, as ruas principais do município, ocupando cargos de poder, causam estranhamento e, por vezes, constrangimentos por parte de homens, cuja criação pautou-se em outros valores culturais. Policiais civis e militares, agentes da Guarda Municipal, acabam tendo que conviver com esses processos de desconstrução desses valores e práticas.

³ “Operação de inteligência” é, portanto a investigação policial onde lhe confere o combate militar. São diligências militares a serem exercidas para o planejamento e execução e acompanhamento de assuntos de segurança pública e a polícia ostensiva, que acompanha as ameaças reais as pessoas e ao patrimônio.

1. A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A discriminação sofrida pelas mulheres, principalmente, as que trabalham na área da segurança, ainda é constante, tendo essas, que conviver com situações de agressões verbais, física e/ou veladas – tanto na sociedade como, por exemplo, a desvalorização que coloca homens em relação de superioridade, tanto em exercício das funções em que ganham menor remuneração salarial. Essa luta por direitos já vem de longo período e, junto com ela, as conquistas, como o direito ao voto livre – direito que antes só era permitido aos homens, vistos como cidadãos de primeira classe.

Há ainda barreiras que incluem a perspectiva moral e religiosa. Em nossa sociedade atual, existe a disseminação de valores baseados em preceitos religiosos que visam impor comportamentos e controlar os corpos e a sexualidade, principalmente das mulheres. Essas doutrinas religiosas, que adentraram significativos espaços de poder – como o congresso nacional – reproduzem preceitos bíblicos que reafirmam a submissão feminina e a dominação masculina, alicerçada em um sistema androcêntrico. Segundo Dias (2014, p. 161) destaca-se que:

Infelizmente já se passaram dois mil anos desde a recomendação de Paulo a Timóteo sobre a necessidade de sujeição da mulher ao homem pelo fato de ela ter transgredido a lei de Deus, levando Adão ao pecado (II Timóteo, 2:9-15) que ainda hoje as mulheres continuam sendo inadmitidas em oportunidades de vida que deveriam ser ofertadas, assegurando equidade e ampliando possibilidades de justiça. De lá para “cá o feminino percorreu um trajeto sem atalhos, branduras ou gratuidades”.

De acordo com as citações bíblicas usadas no artigo *Policia! tem Gênero* de Luciana de Oliveira Dias (2014), percebe-se, que as desigualdades das relações de gênero são descritas e repassadas como fruto de escolha divina, universais e, desse modo, estariam na origem da humanidade. Elas passam por um processo de naturalização que vincula a mulher – categoria universal, deslocadas de contextos específicos – como possuindo atributos e características que a aproximam da natureza – baseado em pressupostos do senso comum tais como instituto materno. Por esse motivo, essa mulher deveria necessariamente dedicar-se ao universo doméstico e submeter-se a dominação masculina, social e, das leis divinas legitimadas. São processos de objetificação que as tornaram semelhantes a escravos e animais, sendo retratadas como “menos humanas” (FONSECA; CARDARELLO, 1999).

Contudo, apesar desses processos de naturalização da submissão feminina, avanços foram conquistados pelas mulheres em diferentes países, sendo essas percebidas com outros olhos, assumindo postos de antes destinados exclusivamente aos homens. No Brasil, por exemplo, o direito ao voto foi conquistado em 1932, antes mesmo de países desenvolvidos.

Nessas profissões majoritariamente masculinas, essas mulheres têm que conviver, porém, com frases do tipo: “*lugar de mulher é cuidando de casa dos filhos e do marido e que não há espaço pra ela na sociedade*”. Falas que retratam costumes conservadores, que buscam a manutenção de relações tradicionais entre homens e mulheres, pautadas na fé, nas crenças e em dogmas religiosos – como foi destacado anteriormente. Para que as transformações nas relações sociais e nas dinâmicas de poder ocorressem, muitas mulheres ocupam – e ocuparam as ruas – na luta por direitos:

Este código moral afirma no homem valores como a defesa da posse de bens, a lealdade, a proteção da família, a garantia de reputação social e profissional. Nele a mulher devia gerir a casa, tê-la limpa, cuidar do espaço e dos filhos, ser como uma ameaça à honra a um perigo, requerendo o controle do homem. A vergonha era interpretada como um código moral que sancionava a virgindade e a castidade. Se a mulher se tornasse cúmplice da vergonha, o homem estava obrigado a retaliar esse comportamento com o objetivo de recuperar a honra (CUTILEIRO, 1971, p.139).

Na Grécia Antiga, mulheres e crianças não poderiam participar das reuniões que debatiam sobre política e o destino da *Pólis*, sua participação nessa audiência era proibida, além disso, elas não eram consideradas cidadãs. Desse modo, vinha à violência que sofriam por não existir nenhuma lei que as assegurassem direitos. A condição social política da Grécia Antiga era de fato conferido aos homens na sociedade, já que, as mulheres gregas não eram consideradas cidadãs e ocupavam uma posição inferior e social ao homem. Somente eram destinadas a tarefas domiciliares e a procriação, onde estavam apenas confinadas ao lar, cuidando na educação dos filhos e de seus maridos, onde as mulheres no qual tinha que prestar total fidelidade aos seus esposos. A mulher social antiga só era valorizada pelo seu estatus econômico social que era as filhas de governadores e reis.

Mulheres que atuam em funções na área de segurança têm seus corpos e expressões corporais sob o controle das instituições, sendo obrigadas a deixarem seus traços, gestos e performances feminilidade de lado e incorporarem um novo *habitus (atitude)*, na abordagem para não se sentirem desvalorizadas e passaram por situações que visam sua inferiorizarão pelos indivíduos e colegas do sexo oposto. Como Bourdieu (2006) descreve em seu texto “*O Camponês e seu corpo*”, há uma consciência incorporada pelos sujeitos a partir

de processos de sujeição social que definem o modo como esses encenam papéis em dados contextos. Os valores e tradições dessas profissões, para as corporações militares, por exemplo, são reproduzidos e repassados também através dos trajes, fardamentos, apresentação pessoal e gestos corporais. *A propósito, é preciso admitir que as técnicas corporais constituem verdadeiros sistemas, solidários a todo um contexto cultural* (BOURDIEU, 2006, p. 85).

Muitas vezes, a policial, ou a guarda e até mesmo a escritã *ad-hoc* (*“para esta finalidade” Cargo de função na execução de tarefas, na partilha de documentos e computadores na área administrativa policial*), presencia uma atitude agressiva e intimidadora de homens, de colegas de trabalho que se sentem superiores pelo fato de elevação de cargo, e menosprezam a colega por ser mulher, ou de patente de profissão desigual. Há sempre um interesse por parte dos colegas masculinos que as mulheres exerçam tarefas que as situam como sombras na hora de uma abordagem e até mesmo em uma diligência policial, no qual os mesmos não aceitam ser governados ou receberem ordem de uma mulher.

Neste sentido, isso tem como consequência a demasiada valorização do uso da força, que nesta perspectiva se vincula a masculinidade, virilidade e a superioridade física do homem em relação à mulher, que no uso da força os homens possuem maior capacidade. Pensamento presente nas abordagens corriqueiras que acontecem no dia-a-dia dessas profissões. Como ressaltou Souza (2007), “o sofrimento mental ou psíquico constitui-se no desequilíbrio entre as demandas do trabalho e a capacidade de resposta dos trabalhadores”. As percepções machistas, ou seja, que fazem questão de ressaltar e naturalizar as desigualdades de gênero, menosprezando as habilidades e capacidades femininas, produzem sofrimentos sociais que se unem aos desafios de profissões que, no Brasil, se vinculam ao enfrentamento bélico e a exposição a situações de risco. Essas mulheres, nesses contextos, sentem que não são totalmente aceitas pelos colegas de trabalho.

Poderíamos aqui desenvolver ampliadas discursões acerca da liberdade e empoderamento dos homens como signo da autonomia em sociedades masculinas ou machistas. E mergulharia em reflexões refinadíssimas ao chamarmos a atenção para o fato de que em todo este emaranhado de relações sociais entre os gêneros, os homens não estão protegidos dos estilhaços da misoginia. Pelo contrário, nos instantes de ativação da granada machista todos os indivíduos que estejam em seu raio de alcance explosivo afetados, independentemente de seu sexo (DIAS, 2014, p.163).

A mulher quando é vítima de um estupro, muitas vezes é vista como culpada por não ter conseguido impedir o ato sexual – como se as suas atitudes fossem responsáveis pelo ocorrido. Por esse motivo, muitas não registram a ocorrência em uma delegacia por ser reprimida ou por vergonha, já que, muitas vezes a delegacia é composta em sua maioria por homens. Nessa situação de extremo desgaste, receber um atendimento que a expõe é uma violência moral que se soma a violência física, ampliando seu quadro de vulnerabilidade.

Com a entrada de mulheres nas polícias militares e civis, há o suposto confronto do policial (homem) e da policial (mulher), as questões de gênero representam um paradigma, quem vai mandar em quem. Uma policial no âmbito local de serviço não que ouvir e nem ser comparada a um homem, por não querer ser desqualificada em sua coragem e força, pois pode acabar ouvindo que não pode ir a uma missão apenas por ser mulher. Na sociedade atual, uma mulher ao querer ser uma policial, é de grande visto que a família geralmente é contra essa profissão. A grande maioria não ter o apoio necessário, nem mesmo entre amigos e familiares. Existe também o medo de ser alvo em situações de combate.

De acordo com Souza (2013), as policiais do Rio de Janeiro em 2007, apresentaram fortes problemas de saúde, e em 2008 até casos de mortes das policiais “doenças no aparelho digestivo e transtornos mentais”. Lesões essas que obtiveram em caso de envenenamento e outras consequências como “doenças no sistema osteomuscular e tecido conjuntivo. Pode-se dizer que em 2007 e 2008 os problemas de saúde das policiais militares estiveram assim distribuídos: doenças como osteomusculares e do tecido conjuntivo que apresentava porcentagem de (19,8% e 14,4%), aparelho digestivo (25,4% e 19,7%) transtornos mentais e comportamentais (8,9% e 11,4%), foram procedimentos esses feitos em internações de mulheres na faixa etária dos 29 aos 30 anos.

E a mortalidade de mulheres na Polícia militar do Rio de Janeiro em exercício de seu trabalho, que conseguiu identificar 16 óbitos de mulheres policiais desde a sua entrada na instituição. Na qual as policiais tinham ao falecer entre 24 a 52 anos de idade, no qual três delas estariam em faixas etária dos 20 aos 29 anos, e seis em faixa dos 30 anos e 39 anos, e mais outras seis entre 40 e 49 anos. São mulheres que ao se tornarem policiais sabiam dos riscos que ocorriam nessa profissão, no entanto, que algumas delas eram bem novas, e estavam no começo da carreira, desse modo, são estatísticas que apavoram qualquer família e, aceitar essa decisão não é fácil à família alguma.

Joan Scott (1995) destaca os aspectos históricos e sociais que se relacionam a construção social dos gêneros, que, como ressaltou Pereiro, diferenciam radicalmente da categoria sexo. Enquanto essa está ligada a definições biológicas, as relações de gênero são

construídas. Como destacou Simone de Beauvoir em seu livro clássico *O Segundo Sexo: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”*. Tornar-se mulher é produto do construto social, cultural e do momento histórico em que nos inserimos. Para uma reflexão do surgimento da categoria gênero como instrumento de análise das relações sociais entre os sexos, como ressalta Scott (1995, p.72):

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. Assim, Natalie Davis afirmava, em 1975: "Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitoado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la".

Desse modo, ao fazerem uso do discurso da força física para menosprezarem colegas de profissão mulheres, policiais civis, militares ou guardas municipais estão operando análise a partir do conceito de sexo. Uma vez que o gênero e as relações generalizadas são histórico-socialmente construídas, como casos atuais apontam, existem mulheres que possuem força física superior a alguns homens – é o caso de mulheres que se dedicam a prática do fisiculturismo⁴. Os discursos sobre força e coragem, esses homens também se valem da honra e do nível da patente de uma simples policial (soldada), desrespeitando-a por ocupar uma posição inferior na carreira militar, sendo que algumas são obrigadas, em muitos casos, a conviver com o assédio moral e sexual sem nada poderem fazer. Quando esses casos acontecem, e uma delas chega a fazer reclamação a superiores, a mulher passa a ser vista como um problema – assim como sua presença em um ambiente de quartel – sendo então removida desse local de trabalho. O colega masculino que comete essas práticas não sofre qualquer represália. Como escreve a autora Heleieth Saffioti (2015):

⁴ O fisiculturismo ou culturismo é o esporte que se baseia no uso de exercícios de resistência progressiva para controlar e desenvolver os músculos do corpo, a melhor formação muscular. Um indivíduo que se engaja nesta atividade é referido como um fisiculturista, prática criada desde 1970.

[...] Como porta de entrada e caminho exploratório das novas reflexões acerca das representações sociais do masculino e do feminino, no qual a elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura. E possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade (pag. 115).

1.1 Mulheres e o sistema de cotas em instituições policiais

A partir das informações descritas no artigo *Policia! tem gênero*, escrito pela autora Luciana de Oliveira Dias (2014), nota-se que, a realidade de muitas mulheres que atuam no cargo na segurança de um órgão público e federativo, como Policiais Militares, Civis e Guarda Civil Municipal, um desses tem uma mulher compondo um cargo em cada cidade, com cotas sendo impostas para o acesso de cada uma delas, como relata Dias (2014, p.162):

[...] a aceitação de mulheres, e da recusa ao feminino, em instituições policiais nos país. Uma questão, da qual não Nos desvencilhamos, é: porquê se estabeleceu um limite genético de apenas uma mulher para cada dezena de candidatos que tentam entrar nos quadros de uma corporação policial, ou de bombeiros, quando deveriam competir em igualdade de condições.

Dessa forma os quadros não se tornam competitivos, cuja aceitação das mulheres em cada cidade tem seu número de vagas definidos por cotas que são impostas pela corporação policial militar em cada estado da federação brasileira. Ainda neste artigo, a autora Dias (2014) ressalta que:

Essa posição do poder executivo torna-se ainda mais lastimosa quando endossada pelo Judiciário. Após a Constituição Federal de 1988, quando existiam editais do concurso policiais proibiam a inscrição de mulheres. Essas restrições recebiam como resposta, conforme Recurso Especial nº 173312/MS, do superior tribunal de justiça, uma das mais altas cortes judiciais, que se autodenomina “O tribunal da Cidadania”, que certas atividades são próprias para homens ou mais recomendadas para mulheres, “ate porque, nos alojamentos, não se pode confundir os dois sexos”, ficando a cargo de a Administração decidir, discricionariamente, se quer contratar apenas homens (DIAS, 2014, p. 162).

Na criação do sistema de cotas, quando definidos os cargos são abertos números específicos de vagas só para as mulheres, são cotas de serviços que guarda um total de vaga para cada cidade onde se há a competição por uma vaga de serviço na área policial militar. Contudo, é preciso destacar que sem esse sistema de cotas, nem mesmo a garantia da entrada de mulheres nessa carreira profissional seria garantida.

Segundo Rosemeri Moreira (2011), ressalta que;

A incorporação sistemática de mulheres nas polícias militares brasileiras ocorreu ao longo da década de 1980, partir do estabelecimento de cotas máximas para as ingressantes do sexo feminino, que dificilmente ultrapassava o patamar de 10% (SENASP, 2013a). A justificativa para esse percentual era a diferença biológica entre homens e mulheres, o que transformaria as atividades desempenhadas pelas polícias femininas em algo de natureza distinta da masculina. Com isso as funções a serem exercidas por essas policiais eram de secretaria, telefonistas, recepcionistas, enfermeira, datiloscopistas e datilografas. (MOREIRA, ROSEMERI, 2011, p. 76)

1.2 História da Polícia Militar no Maranhão.

O corpo de Polícia Militar do Maranhão foi criado pela Lei Provincial de N° 21 de 17/06/1836, que constituiu a companhia Infantaria que era composto por 04 subdivisões – patentes – que totalizavam um percentual de 412 policiais na época, sendo composto por Major (comandante), Alferes (Ajudante), Sargento (Secretário) e Sargento (quartel- mestre).

Aos longos dos seus 115 anos de existência, a instituição passou a receber denominações como “Corpo de Infantaria”, “Corpo de Segurança Pública”, “Corpo Militar do estado”, “Força Policial Militar do Estado”, “Batalhão Policial do Estado” e “Polícia Militar do Maranhão” em 1951. Em 1841 em 28 de agosto a Lei de n° 110 criou o “Corpo de Guardas Campestres”, da Lei n° 872 de 1920 em 05 de abril, que foi chamado um efetivo de 250 (duzentos e cinquenta) policiais do estado do maranhão. Nesse primeiro, surgiu uma das primeiras escolas oficiais da PM, criada com um curso de Formação para Oficial.

A atuação feminina na instituição da segurança pública é seguida de uma trajetória preconceituosa, cujo preconceito com uma mulher de farda é eminente, principalmente quando algum homem não quer receber ordem de uma mulher, quando veio a surgir à vaga para os órgãos públicos. Como destaca a pesquisadora Bárbara Musumeci Soares e Leonardo Musumeci (2005, p. 29), a partir do Art. 8° da constituição que diz “permitir ingressar o pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças para atender a necessidade das corporações em atividades específicas, em Estados, Territórios e o Distrito Federal”, da área da segurança pública, garantindo assim a entrada dessas mulheres, representou um choque pra sociedade.

O primeiro órgão que permitiu a entrada de mulheres na segurança pública foi a Guarda Civil em 1955. Conforme Soares & Musumeci (2005: 29), observa-se, assim, “que a “permissão” para a entrada de mulheres nas PMS brasileiras data do período da ditadura

militar e se associa a necessidade de cobrir certos campos de atuação em que o policiamento masculino (fundamentalmente repressivo) estaria enfrentando dificuldade nas PMFs''. Com o processo de redemocratização em 1980, a partir dessa década veio ocorrer um aumento gradativo de mulheres nas corporações Policiais e da Guarda Civil.

As representações sociais construídas em torno da diversidade organizacional diante as relações de gênero em uma organização originalmente masculina: a policia militar para tanto, buscou-se, trazer a tona as representações sociais, dos e das policiais que trabalham nessa organização: e tentar compreender essas representações relacionando-as a estruturas políticas e de discursos organizacionais que possivelmente constroem e reforçam as relações de gênero no âmbito da PM. Que essa identificação e a compreensão dessas representações sociais na policia militar visam a contribuir para a mediação do conflito organizacional gerado pela diversidade crescente da força de trabalho contratada, especialmente em relação à participação da mão-de-obra feminina. (CAPPELLE; CRAMER; NETTO, 2002 p. 256).

A partir daí veio à ocupação de cargos, no qual elas foram redistribuídas para cargos administrativos, o que na época não era muito comum ver uma mulher ocupar um cargo anteriormente ocupado por um homem. O processo de aceitação foi lento, mas, com o decorrer do tempo se via que a presença feminina trazia certo equilíbrio a corporação principalmente no atendimento ao público. Já que não era comum ver uma mulher vestida de fardamento militar, disso advinha parte do preconceito.

Atualmente, a presença feminina entre o efetivo permitiu alguns avanços para as que hoje ocupam esses cargos, tendo algumas delas acessado níveis superiores da carreira das corporações policiais militares. Ainda ao final do século XX e início do século XXI, as policiais militares não podia se maquiar no local de serviço, não podem usar o primeiro nome na farda, apenas o sobrenome, é deve de estar sempre com o cabelo amarrado feito coque. São regras que visam apagar os traços que remetem a existência de um corpo feminino vestindo em uma farda, uniformizando sua presença junto ao efetivo.

O Maranhão é o 3º estado que tem o menor número de policia militares mulheres em todo o efetivo com apenas 5,7%, pesquisa essa feita em 2018 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Onde o estado do maranhão possui 7.709 policia em todo o estado maranhense, destes 7.263 são homens, e apenas 446 são mulheres, o que resulta um percentual de 5,78%, de participação feminina na corporação. Números esses baixos que perde somente para o Rio Grande do Norte com 209 mulheres, em um total de 8.926, (2,34% policia femininas ocupando todo o estado). O Ceará que possui um numero um pouco maior

de mulheres na policia com 486 (3,05%), que assim se tem um total d de mulheres em universo de 15.926 PMS. (Fonte IBGE, 2018)

A polícia militar do Maranhão pela primeira vez se comemora mais uma conquista que foi a ocupação no cargo máximo na corporação policial, que foi a elevação de cargo da soldada (Edilene Soares) a Tenente Coronel, do 9º batalhão da PM, que foi nomeada pelo então Governador de São Luís/Maranhão, Flavio Dino.

Figura 1 –



Fonte: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/seguranca/flavio-dino-promove-segunda-mulher-ao-posto-de-coronel-da-policia-militar>

É com comemoração que (o *Portal da Transparência agência secamp*), noticiam que apenas em dezembro de 2018, apenas duas mulheres ocupam o cargo de coronel da Polícia Militar do Maranhão – posto máximo. A primeira foi promovida no estado só em 2016. A Coronel Augusta Andrade coordena a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo estado e premiado nacionalmente como “Prática Inovadora”.

1.3 Policial Feminina, a que se refere essa denominação?

A Polícia Feminina seria um grupo constituído por mulheres, com uma elevada educação, inteligência e coragem. O grupo de polícia feminino é um grupo especialmente de mulheres, no qual vai submeter à mulher a vários testes, tanto físico como psicológico para avaliar seu grau de força e inteligência e coragem.

Talvez em função das barreiras que distanciam o mundo civil do militar, o ativismo feminista não percebeu as potencialidades do policiamento ostensivo no enfrentamento da violência contra as mulheres, nem se deu conta da novidade e do impacto que a presença feminina no universo do militarismo poderia representar. As PMS, por sua vez, não se dispuseram a enfrentar desafios que nem os próprios movimentos sociais haviam formulado ou concebido, assim desenvolveram nessas polícias, nem na sociedade civil, reflexões sobre a importância de uma política de incorporação de mulheres aos quadros policias ou da atuação da PM nos casos de violência doméstica e de gênero (MUSUMECI; SOARES, 2005, p. 184).

Esta unidade é formada como disciplina para avaliar os componentes na hora ostensiva ao manejo de armas e de defesa pessoal, com várias aulas técnicas de tiro, caso seja alguma emergência que precisem dessas mulheres ao entrar em ação.

Hoje, em pleno século XXI, as mulheres ainda sofrem com a diferença de tratamento no trabalho e são colocadas em práticas suas ações não se deixando para trás em sua ação policial atribuindo assim sua qualificação diante das circunstâncias. As mulheres, desde o século passado, vêm cada vez mais ocupando as áreas de trabalho, mesmo com salários baixos. São números que vem crescendo cada dia. Ainda é pequena a presença de mulheres nessas instituições que precisam enfrentar a família para acessar a esse universo de trabalho.

Apesar das mulheres pobres das áreas urbanas sempre terem trabalhado, desde novas, as profissões a que elas se destinam são, na maior parte das vezes, o emprego doméstico, uma extensão do trabalho realizado pela dona de casa – sem remuneração. São cargos com baixa remuneração e que se confundem com as atividades realizadas no âmbito doméstico. Sob esse prisma, há ainda a crença de que o provedor das unidades familiares é o homem, mesmo que os números das pesquisas atuais demonstrem que essa afirmação não se confirma. Nesse sentido, ao universo feminino há sempre a necessidade de lutar pela igualdade de condições, o que a leva a ter que assumir práticas para provar constantemente sua capacidade.

São processos que configuram agressões físicas, psicológicas e corporais. Uma mulher quando se intitula policial, guarda municipal ou policia civil sofre logo o preconceito no qual é questionada sua orientação sexual, principalmente pela necessidade de se

adequarem as técnicas corporais. A mesma ainda sofre assédio moral no qual sempre vai haver aquele que vai tentar de algum modo tentar lhe diminuir por ser mulher, e se comporta de uma forma que só por se um homem, uma mulher e obrigada a ser submissa a ele é a ter algum tipo de relação sexual ou algo do tipo.

1.4 Profissão Policial

O trabalho de um policial aborda a experiência de autoridade ao um ponto de vista a sujeição ao perigo, no que já sabemos que combater o crime não é fácil, por que certo individuo vai colocar a vida dele na frente de um cidadão que nem o conhece. Sujeição a uma profissão de total risco, a policia em se, já criou varias ações que mostra que a policia não é um bicho de sete cabeça, que ela se preocupa com a população, como e o caso das grandes favelas do Rio de Janeiro. O projeto de pacificação da policia do Rio de Janeiro com a Policia Militar, foi à criação de UPP em 2008 (*Unidades de Policia Pacificadora*), que foi uma revolução na segurança pública, uma forma de minimizar o crime nas grandes favelas do Rio. No qual antes era comandada por traficantes, onde o estado do Rio queria retomar o controle desses morros que antes era controlado por criminosos e retomar o estado democrático de direitos, nos morros, a criação dessas UPPs, foi uma forma de tentar controlar as porções de territórios que antes era pertencente ao trafico.

Minayo (2013, p.04), a Constituição de 1988, no seu artigo 144, lembra que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícia civil; polícia militar e corpos de bombeiros militares”. Assim, está nas mãos das forças policiais a missão de proteger o livre exercício dos direitos e das liberdades, e de garantir a segurança do cidadão. O constituinte de 1988, reconhecendo a importância do papel da polícia na sociedade, o transformou em tema constitucional. Fica claro que desta forma as corporações policiais nunca faltou com seus cidadãos, no qual fica seu papel de dignidade ao poder de estrutura com o estado.

Essas ações da policia é uma forma de a sociedade ver a policia com outros olhos, não como um vilão maldoso é sim aqueles que dão a vida para lhe proteger. Segundo Leite (2002 p. 376) “as favelas cariocas, mesmo as hoje consideradas “pacificadas”, são constituídas como espaços vinculados à violência e a uma alteridade radical em relação à cidade e a sociedade, ou seja, como lugares outros, heterotopias (*espaço*), no sentido proposto

por Foucault. Os que moram na favela já sofrem preconceito por quem mora fora delas, onde são chamados de “favelado”, e de “bandidos”.

Antes disso Valladares (2005) ressalta que:

A partir dos anos 1950, voltando sua atenção para as favelas, os cientistas sociais propuseram outra forma de interpretação da pobreza urbana, sob o influxo das teorias da marginalidade social e da cultura da pobreza e da consideração dos efeitos de um crescimento urbano desequilibrado e da expressão do regime populista. Em suas formulações, as massas urbanas pobres, especialmente aquelas residentes em favelas, se transformando de “perigosas” em “manipuláveis” (Marcia Pereira Leite, 2012, P. 377).

A criação do campo e da utilização da segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro, foi uma forma da polícia quebrar o gelo e tirar essa discriminação que sofre por achar que todo policial é corrupto. De acordo com as pesquisas de 2013, pela ICJ Brasil, realizado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, 70% dos brasileiros não confiava na polícia, já que se tratava mais das classes que era afetada pela violência policial. Segundo a (Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2016, p.154) “as classes sociais, ainda que os trabalhos empíricos (*experiências*) sobre relações entre polícia e sociedade se concentrem nos segmentos (*Partes*) mais pobres da população.

Outra ação feita pela polícia militar junto com a Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro (Segov). Foi à criação da Lei seca, uma ação de tentar diminuir a morte no trânsito causada pelo consumo excessivo do álcool. “as equipes foram compostas por agentes da Polícia Militar, Detran e da própria Segov, tendo como órgãos auxiliares o departamento de Transportes Rodoviários (Destro) e a Guarda Municipal, que participaram dessas ações específicas(2016, p. 154).

[...] o traço fundamental do desempenho de autoridade policial na Lei seca é a destruição de dois signos fundamentais da identidade policial, acionados comumente em diversas outras formas da atividade policial: o fuzil e a farda. Os policiais dessa operação não usam seu uniforme tradicional e porta somente um revólver em um coldre na perna, muitas vezes não percebido pelos cidadãos (Revista brasileira de ciências sociais, 2016, p. 154).

A operação Lei seca foi um destaque central na concepção do desempenho, já que, pareciam relatos recorrentes de polícias, sobre o abuso de alguns motoristas, para alguns isso era só, mais uma desculpa para a polícia não ir atrás de bandidos e se estavam atrás de pessoas de bem que não podia se divertir um pouco, eram traços “do primeiro traço é sua relação com a “ordem pública”. A Operação Lei Seca não pode perturbar a ordem pública, já que,

causavam muitos engarrafamentos nas principais vias, e de todas as formas tentar de algum modo não estressar o cidadão, são pequenos detalhes que pode causar uma minimizada com a segurança pública. Um dos fatores da rigidez policial e se fazer reconhecer e respeitar, um policial tem que fazer o uso da autoridade policial imposto sobre o seu cargo.

A policia militar e policia civil tornaram-se organização concorrente, praticamente sem nenhuma interação. Diversos fatores contribuíram para que, no limiar do século XXI, a criminalidade se torna uma das grandes preocupações da sociedade brasileira, agravada pela ineficácia das duas corporações (MAXIMIANO, 2002, p. 375).

Diante disso, um policial quando estiver em sua profissão, tem que se apresentar com total frieza e o emocional de lado, já que, em uma abordagem o sentimento não pode existir para que não seja deixado se atingir pelo total desrespeito, no plano efetivo de seu serviço abordar alguém não é fácil, principalmente para um policial, que ao usar sua autoridade no âmbito (*domínio*) de seu serviço. O ciclo da policia e de total interesse público, ao um modo flexível e eficaz, que são de verdadeiros papeis do desenvolvimento dos guardiões da sociedade.

De acordo com o a Assembleia legislativa a policia e uma força extensiva a defender o cidadão de acordo com o:

Art. 2º A policia Militar é uma instituição permanente e regular destinada á manutenção da ordem pública do Estado, sendo considerada força reserva do Exército. A sua subordinação ao Secretariado da Segurança Pública é estritamente operacional, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei Federal nº 66.862, de 8 de julho de 1970.

1.5 Policiais Militares Femininas Ocupando Cargos Públicos, Limites dos Dados.

De acordo com a tabela no segundo semestre de 2003, as 23 PMs, enviaram informações de 25.675 mulheres e 342.415 homens na ativa era uma participação feminina de 7%. Pará, Bahia e Amapá, são uma das três cidades único com maior efetivo de mulheres ocupando o cargo policial que ultrapassa os 10%. Em números absolutos só perdem para o estado de São Paulo que tem o maior efetivo feminino do país. De acordo com essas estimativas, a porcentagem de mulheres no contingente de todas as policias militares em 200 representava menos de 1/3 da registrada nas policias civis estaduais do país. (Fonte: Banco de Dados Policia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM,

Segundo semestre de 2003 com exceção dos relativos a minas gerais que são de Abril de 2004).

A participação feminina é de 7% em seus cargos elevados. No maranhão somente 2,7% ocupam esses quadros na Polícia Militar. As pesquisas mostram que as PMS são as instituições que possuem número menor do que nas Guardas Municipais e agentes de trânsito com 12%. Porém, se observa que desde 2000 houve uma elevação mais ampla de mulheres ocupando o cargo da segurança pública, já que o percentual era de 1/3.

Figura 2 –

Tabela 1
Efetivo policial militar na ativa, por gênero
23 Unidades da Federação – c. 2003*

Unidade da Federação	Número		Total	% Mulheres
	Homens	Mulheres		
AC	2.268	210	2.478	8,5
AL	7.756	513	8.269	6,2
AM	5.906	559	6.465	8,6
AP	2.339	293	2.632	11,1
BA	26.554	3.661	30.215	12,1
CE	12.492	191	12.683	1,5
DF	13.757	685	14.442	4,7
ES	6.802	548	7.350	7,5
GO	12.385	847	13.232	6,4
MA	7.057	196	7.253	2,7
MG	34.271	2.429	36.700	6,6
PA	10.310	1.595	11.905	13,4
PB	7.681	396	8.077	4,9
PE	15.955	545	16.500	3,3
PR	16.005	548	16.553	3,3
RJ	36.709	1.517	38.226	4
RN	7.537	193	7.730	2,5
RO	3.760	379	4.139	9,2
RR	1.362	106	1.468	7,2
RS	18.765	1.143	19.908	5,7
SC	11.172	472	11.644	4,1
SP	78.517	8.406	86.923	9,7
TO	3.055	243	3.298	7,4
Total	342.415	25.675	368.090	7

Figura 3 –

Tabela 2
Participação estimada de mulheres nos efetivos das
polícias e das guardas municipais brasileiras – 2000

	%
	Mulheres
Polícias militares	6,0
Polícias civis estaduais	19,6
Policiais e guardas de trânsito estaduais sem instituição informada	12,0
Polícias federais *	10,0
Todas as polícias	8,2
Guardas municipais	11,7

(*) Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Marítima e Portuária.

Fontes: IBGE, Censo 2000 – Microdados da amostra. Elaboração: CESeCUCAM.

(Fonte: IBGE, Censo 2000- Microdados da amostra. Elaboração: CESeCUCAM).

Como é o caso de alguns países, em que os cargos ocupados na segurança por mulheres são externamente baixos (Estônia, Israel e África do Sul), são países em que o machismo ainda é estrutura parte significativa das relações, tendo a percepção que elas devem obedecer ao homem em tudo, com seus direitos não sendo garantidos. Realidades presentes mais efetivamente no caso do Oriente Médio, como em Israel e Síria, em que mulheres têm que usar túnica e vestir roupas que cobrem o corpo todo e os cabelos, que não tem o direito a dirigir qualquer veículo e caso alguma sofrer algum tipo de estupro, por que não há uma lei que as assegurem em nada, diante da justiça nestes países.

No Brasil, segundo Musumeci e Soares (2005, p.152), o “fruto de pressões feministas pela eliminação de barreiras de gênero, da necessidade de preencher lacunas, deixadas por guerras no efetivo masculino ou de estratégias de inclusão de mulheres para melhorar a imagem e reduzir a brutalidade e a corrupção polícias”. As mulheres quando foram inseridas nas corporações policiais, ou nas demais áreas da segurança pública ou privada, foi em um intuito de combater a corrupção feita por homens que usavam a farda e que favorecia o crime, com o vazamento de informações policiais em operações contra o tráfico. Quando os concursos públicos lançaram o edital, com certeza houve o espanto quanto às cotas que

exigiam um número exato de mulheres que pudessem fazer as provas para ver se passavam e vir a se tornarem uma policial.

Figura 4 –

3.12 Os candidatos aprovados nos cargos de nível superior serão submetidos a estágio não inferior a 90 dias, findo o qual serão nomeados ao respectivo posto para o qual concorreu, obedecida a rigorosa ordem de classificação, no estágio, dentro dos Quadros, nos termos no art. 13, § 2º da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995.

4 DAS VAGAS

Cargos	Vagas para ampla concorrência		Vagas reservadas para candidatos com deficiência		Vagas reservadas para candidatos negros	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Cargo 1: 1º Tenente PM – Cirurgião Dentista	9	2	1	*	3	**
Cargo 2: 1º Tenente PM – Médico	13	2	1	*	4	**
Cargo 3: 1º Tenente PM – Médico-Veterinário	2	0	*	*	1	**
Cargo 4: 1º Tenente PM – Psicólogo	3	1	*	*	1	**
Cargo 5: Soldado do Quadro de Praça Policial	789	88	53	6	211	24

(*) Não há reserva de vagas para candidatas com deficiência, em razão do quantitativo oferecido.

(**) Não há reserva de vagas para candidatas do sexo feminino, que se autodeclararem negras, em razão do quantitativo oferecido.

4.1 DO CADASTRO DE RESERVA

4.1.1 Além das vagas de que trata o quadro constante do item 4 deste edital, haverá formação de cadastro de reserva, conforme quantitativos abaixo:

Cargos	Cadastro de reserva para ampla concorrência		Cadastro de reserva para candidatos com deficiência		Cadastro de reserva para candidatos negros	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Cargo 1: 1º Tenente PM – Cirurgião Dentista	9	2	1	1	3	1
Cargo 2: 1º Tenente PM – Médico	13	2	1	1	4	1
Cargo 3: 1º Tenente PM – Médico-Veterinário	2	1	1	1	1	1
Cargo 4: 1º Tenente PM – Psicólogo	2	1	1	1	1	1
Cargo 5: Soldado do Quadro de Praça Policial	1.620	180	108	12	432	48

4.1 DA LOTAÇÃO: a lotação dos candidatos poderá ser em quaisquer dos municípios do estado, respeitando-se a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

5 DAS VAGAS RESERVADAS

5.1 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

(Fonte: Diário Oficial do Maranhão, Edital Policia Militar do Maranhão, 2018).

Naquele momento, era o recurso possível para garantir a presença feminina nessas instituições – fechadas a participação delas. Essas ações elas ocorreram diante dos sistemas criados pelo governo que criam cargos aos sistemas de cotas, que é um percentual de vagas para determinar um grupo de pessoas qualificadas para cada uma delas, já que o cenário desenhado indica que estamos diante de um caso de cotas invertidas na administração pública.

As taxas de mulheres no Brasil que ocupam essas funções representam uma grande exceção, são poucas, a parcela feminina é de 8,2%, de todo o efetivo policial tanto (militares civis e federais). As porcentagens são números relevantes, já que a inserção de

mulheres na segurança pública e baixa na policia militar. A Polícia Civil e Guarda Municipal em seus últimos editais de 2018 não exigia números exatos de mulheres na corporação, e sim vagas disponíveis para a área de (*investigação a escritões ad-hoc da policia civil*).

E no edital da Policial Militar em seu ultimo edital publico, há um total de vagas reservado para as mulheres como foi o caso do maranhão, em seu ultimo edital lançado em 2018, as vagas ampla concorrência era um total de 88 vagas para as mulheres, enquanto aos homens era de 789, e na ampla concorrência de cadastro de reserva era de 1.620 para homens a 108 para mulheres.

No entanto o concurso público da segurança pública e uma construção cultural de que o homem e mais forte fisicamente que a mulher, já que quando se pensa em policiais já se imagina no policial homem e não na mulher policial, acredito que esse percentual de vagas feminina as cotas e uma desigualdade necessária para corrigir uma desigualdade de gênero da nossa sociedade.

2. FORÇAS POLICIAIS NO BRASIL

A constituição federal do Brasil estabeleceu no país, em 1988, “Cinco instituições policiais”, diferentes, em execuções de lei, sendo elas: *Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil*. Essas são instituições pertencentes ao governo do Estado. As três primeiras polícias “*Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal*”, são de domínio pertencente às instituições federais enquanto as polícias “*Militar e Civil*” são de domínio dos estados da federação. Desse modo, essas instituições são órgãos da segurança pública que pertencem ao poder executivo, pertencente a qualquer governo.

2.1 Breve Histórico: Corporações Policiais

2.1.1 Polícia Militar

Fundação: 1809. Sigla: **PM ou BM**. Patrono; Joaquim Jose da Silva Xavier-Tiradentes.

A polícia militar tem como função, desde a sua criação, as operações da força ostensiva e a preservação da ordem pública. Essas funções foram ampliadas em 1988, pela Constituição Federal Brasileira. A instituição Polícia Militar teve origem no início do século XIX, quando o Brasil ainda era uma colônia sobre o comando da coroa portuguesa, que veio a fazer uso das suas unidades no exército, quando solicitado sua ajuda em combate necessário.

Com a chegada em 1808 da Família Real Portuguesa no Brasil, a guarda real da polícia permaneceu em Portugal. Pouco tempo depois da chegada da família real portuguesa, houve uma necessidade de criar uma força nacional. A partir de então, no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1809 foi criada da Guarda Nacional da policial. Com a criação da Guarda Nacional na capital do país, outras criações de corporações policiais surgiram pelo país, em outras provinciais e capitais. Em 1811 foi criada instituição similar em Minas Gerais, em 1819 no Pará, e em 1820 no Maranhão, e em 1825 na Bahia e em Pernambuco.

2.1.2 Polícia Civil

Sigla: PC. **Fundada:** 10 de Maio de 1808 (210 anos - PCRJ).

A polícia civil exerce suas funções judiciárias em unidades federativas do Brasil, tendo suas atribuições e exercícios definidos no artigo 144 da Constituição Federal⁵ de 1988, a polícia civil é de domínio próprio do governo do estado e é dirigida por delegados que seguem as regras e normais do Art. 144 § 4º da Constituição Federal. Nesse artigo está especificado o papel dos policiais civis, com a definição das funções institucionais destas, ressalvadas a competência da união. Assim, as funções desempenhadas por essa instituição são:

- ✓ Apurar informações penais, exceto as militares.
- ✓ O exercício das funções de polícia judiciária.
- ✓ Proteger pessoas e bens.
- ✓ Proteger direitos e garantias individuais.
- ✓ Reprimir as infrações penais.

São esses termos, e muitos outros, que fazem parte das atribuições dos policiais civis. O termo “civil” foi definido pelo decreto imperial nº3598, de 27 de janeiro de 1866 quando criada a guarda urbana, no que dividiu as forças policiais em “civil e militar”. Os policiais civis originados desde 1808 foram integrados como servidores públicos, com funções de acordo com o paragrafo do artigo 144 da constituição federal.

2.1.3 Guarda Civil

A guarda civil foi criada em São Paulo, em 14 de junho de 1831, por Dom Pedro I, que era chefe do policiamento público ostensivo. A mesma realizava rondas nas áreas

⁵Constituição Federal: conjunto de princípios fundamentais ou normas jurídicas de acordo com as quais, em um estado ou organização, é regida. São normas que regem um estado que pode ser ou não codificada como um documento escrito, que enumera e limita os poderes e funções de uma entidade política. Essas regras formam, ou seja, constituem, o que a entidade é. No caso dos países (denominação coloquial de estado soberano) e das regiões autônomas dos países, o termo refere-se especificamente a uma constituição que define a política fundamental, princípios políticos, e estabelece a estrutura, procedimentos, poderes e direitos, de um governo. Ao limitar o alcance do próprio governo, a maioria das constituições garante certos direitos para as pessoas.

urbanas do estado paulistano, que tinha como função zelar pelo patrimônio e segurança pública, além da segurança pessoal dos cidadãos. A criação da guarda e a adaptação dela como força de segurança foi reconhecida originalmente pela lei de nº 2.141, em 22 de outubro de 1926, no estado de São Paulo entre 1924 e 1927 no governo de Carlos de Campos.

2.2 Polícia Militar é lugar de mulher.

No Brasil, a inclusão de mulheres na polícia militar ocorreu apenas em 1950, ou seja, quase um século e meio após a criação da instituição. A permissão de entrada dessas mulheres, e sua participação nas instituições policiais, foi um modo de ampliar o reforço na operação ostensiva⁶ da segurança pública. No exército brasileiro, o estado de São Paulo foi um dos primeiros a permitir a entrada de mulheres na corporação da polícia militar.

O processo de inserção das mulheres nas instituições de segurança não foi fácil, visto que, nossa sociedade, marcadamente patriarcal em suas relações de gênero, durante muito tempo alimentou o imaginário da *mulher do lar*, distante das esferas públicas de decisão. Nesse sentido, a trajetória das mulheres nessas instituições constituiu-se de maneira árdua, com lutas e derrotas. Por fim, veio à vitória, com espaços conquistados na sociedade. São conquistas do movimento feminista e da luta dessas primeiras mulheres, o direito ao voto, e, nos dias atuais, a conquista de uma lei que lhe protege de agressores machistas. Ao direito de usar qualquer tipo de roupa, assim como suas relações amorosas. No entanto, é preciso salientar que, como destaca Simone de Beauvoir (2009), basta uma crise para que os direitos femininos sejam questionados.

Em vários aspectos, as mulheres romperam barreiras como o preconceito e os assédios, conseguindo cargos de prestígio. Contudo, este trabalho vem apontar como as mulheres que atuam na área da Segurança têm que conviver com atitudes, preconceitos e assédios em seus cotidianos de trabalho, tendo que superar desde uma lei de cotas restritiva (como a existente na Polícia Militar), até práticas cotidianas que visam destacar aqueles espaços não são destinados a elas.

Quando as mulheres passaram a fazer parte da Polícia Militar, a justificativa era para combater as arbitrariedades de seus colegas durante as abordagens policiais. A partir de

⁶Ostensivo; policiamento ostensivo é uma modalidade de exercício da atividade policial, desenvolvida internacionalmente. Ocorre á mostra visivelmente em contraposição ao policiamento velado, secreto. Caracteriza-se pela evidencia do trabalho da policia a população, pelo uso, por exemplo, de viaturas caracterizadas, uniformes, ou ate mesmo distintivos capazes de tornar os agentes policiais identificáveis por todos.

uma perspectiva estereotipada da figura feminina, de que as ações das policiais mulheres seriam pautadas mais pelo afeto, pela doçura – na perspectiva da instituição, atributos inatos às mulheres. A inteligência, serviço tão necessário e muitas vezes negligenciado nessas corporações, não é um atributo destacado como um feminino. Há ainda, nas práticas da Polícia Militar, em diferentes estados, uma super valorização das ações ostensivas, em detrimento das demais atividades.

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva naturalizada dos papéis de gênero, se defendeu a inclusão das mulheres, com restrições, para frear as ações masculinas, vistas como grosseiras tanto no atendimento quanto na administração. Segundo esse prisma, uma mulher na Polícia Militar, permite a transparência, o tratamento voltado para a atenção mais humana. Nessa perspectiva, as mulheres contribuiriam para melhorar a imagem que a população brasileira tem, em geral, dos policiais militares.

Até a entrada das mulheres – e ainda nos dias atuais, com poucas mudanças – a polícia militar era uma área dominada majoritariamente masculina. Com a entrada das mulheres, essas foram direcionadas para suas áreas de atuação e assumias seus cargos em seus postos de trabalho. Como há apenas 60 anos elas ingressaram na força policial militar, logo de cara elas não foram bem aceitas por alguns homens, principalmente pelo tradicionalismo e machismo, já que eles discordavam da ideia de uma mulher trabalhando em uma instituição policial. A presença feminina no quartel, em espaços antes destinados exclusivamente ao universo masculino, causou resistência e estranhamento.

Hoje, as policiais militares não estão mais identificadas com as tarefas que lhes couberam inicialmente e, salvo raras exceções, tampouco se adequaram ao perfil hegemônico do policial masculino. Encontra-se em espaços protegidos, porém desvalorizado com os quais não querem se identificar permanentemente, mas dos quais em geral não querem ou julgam não poder se afastar. A sensação de estarem aquém do ‘ser policial’ pleno ora se traduz em desqualificação explícita do lugar que a maioria ocupa atualmente, ora em racionalização destinadas a reduzir essa desqualificação (MUSUMECI; MUSUMECI, 2005, p. 98).

A Polícia Militar do Maranhão a, PM-MA, teve seu primeiro ingresso de mulheres na corporação em 1982. Na época, o como Comandante Geral era o Coronel do Exército Floriano Amorim. O coronel Amorim veio a criar o Batalhão da Policia Feminina da PM-MA. A entrada dessas mulheres tinha como finalidade orientar, informar e proteger a população em geral, que eram mulheres, idosos e crianças, que exerciam as funções de força ostensiva nas repartições públicas do estado maranhense.

No entanto, em 06 de dezembro de 2018, foi criada a lei de N° 10.959 que marca o dia estadual da Policial Feminina no Maranhão. Esse dia passa a ser comemorada anualmente no dia 01 de setembro. Para o governador Flávio Dino, essa comemoração seria uma forma de reconhecimento pelo trabalho prestado por essas mulheres à população, diante de todas as suas lutas de conquistas pelo seu espaço, além de reafirmar a presença feminina nessa instituição, visando combater todas as formas de preconceito e discriminação por gênero no exercício da função.

2.3 Missão comum: proteger

Devido aos procedimentos e histórico da Polícia Militar no nosso país – centrada em policiamento ostensivo, ao invés de ações de inteligência e prevenção – como destaca vários autores, dentre eles Luiz Eduardo Soares e Kant de Lima, há uma relação ambígua da população brasileira com essa instituição. Do mesmo modo que parcela significativa da população legítima ações arbitrárias dessa corporação, assim como da Polícia Civil, em muitos casos, como relata Maria Claudia Coelho, há um desrespeito com esses profissionais – como quando as pessoas são abordadas nas operações “*Lei Seca*”.

Diante disso, a profissão de ser um policial é uma profissão respeitada não por todos, já que algumas pessoas não acreditam nas ações da corporação, principalmente quando se tem policiais corruptos ou que se excedem em determinadas abordagens. No entanto, pelas suas formações, pela crença compartilhada na necessidade de confronto eminente e pela falta de recursos existentes em várias cidades do estado do Maranhão, as ações que desenvolvem acabam tornando essa profissão arriscada.

No caso das mulheres, sua entrada inicial foi principalmente para ser soldada policial. Atualmente, elas podem ascender seu nível de cargo rápido, ocupando cargos desde soldado a major e a tenente-coronel cargo, mais alto da corporação. Cabe lembrar que, nessa instituição, há duas formas de entrada para cargos mais baixos e para o oficialato. Contudo, é preciso salientar que o número de mulheres ocupando o mais alto cargo no oficialato, no estado do Maranhão – e em todo país – ainda é muito baixo. Uma vez que são homens os responsáveis por promovê-las, há sempre estratégias e mecanismos que criam barreiras para essa ascensão. Além disso, o baixo número de policiais militares femininas na corporação torna as entradas nesses cargos ainda mais escassas. Esse fato permite a perpetuação de práticas machistas e de assédio no interior dos quartéis. Quando esses casos surgem, como relatado por algumas delas em conversa informal, a penalizada é sempre a mulher, sendo

removidas para outras unidades, ficando o agressor imune às sanções. Há uma proteção dos policiais masculinos entre si que torna o ambiente hostil à presença feminina.

[...] As porcentagens de mulheres em todas as graduações são bastante semelhantes, com uma participação apenas ligeiramente maior no grau de soldado, isto é, na base da hierarquia policial militar. Como as promoções de praças se dão, normalmente, por tempo de serviço e as de oficiais combinam o critério de antiguidade com o de merecimento, esses dados podem ser indicativos das resistências enfrentadas pelas oficiais femininas no seu percurso ascendente dentro das PMS. (MUSUMECI; MUSUMECI, 2004, p. 191).

Os critérios de merecimento, no entanto, como destacam as autoras, nem sempre são explícitos, ficando as oficiais reféns de avaliações parciais de seus colegas homens.

Em 1955, no governo do presidente Jânio Quadros, foi nomeada a primeira mulher para o comando da Polícia Militar do estado de Alagoas, que foi *Hilda Macedo*. Esta mulher lutou pelos direitos da mulher ao entrar na polícia. Para ela às mulheres tinham “a capacidade igual a um homem para realizar o trabalho policial”. Assim, a partir desse período foi que vieram a ser criadas escolas para a formação de mulheres que buscavam ingressar na área da segurança pública.

Somente em 06 de Fevereiro de 1984 foi remodelado o Decreto de Lei de nº 2.106, alterado pelo Decreto de Lei nº 667, de 02 julho de 1969, cujo objetivo desses decretos de lei foi para definir os estados, os territórios e o Distrito Federal para definir o efetivo feminino policial, para atender as demandas e os serviços na sociedade junto com suas atividades mediante, e junto com a autorização do exército brasileiro. Segundo Bárbara e Leonarda Musumeci, (2004, p. 192):

A maior parte das Policiais Militares só franqueou acesso às mulheres dos anos 1980 em diante, é natural que o perfil das policias femininas eram mais jovem que os dos policiais masculinos: em 18 (UFs) com informação válida 92,2% das mulheres tinham menos de 40 anos de idade e quase metade do total 44,9% e tinham menos de 30 anos, enquanto entre os homens os percentuais eram respectivamente de 73 e 28,9%).

Esses dados representavam a idade máxima das mulheres que entravam na corporação, bem mais novas que os homens e tinham que ter escolaridade tanto ensino médio quanto ensino superior fazerem parte da instituição policial.

Já no estado do Maranhão, na capital São Luís, há três Coronéis Mulheres que fazem parte da Polícia Militar do estado. A terceira delas, a coronel Edilene Soares, foi promovida em 2018. Sua ascensão ao mais alto posto da carreira militar representa uma

grande conquista para as mulheres maranhenses, que após a promoção passou a comandar 400 policiais do 9º batalhão da PM-MA. Ela ficou responsável pelo patrulhamento de bairros da cidade. A outra coronel a receber a elevação de cargo a coronel foi a oficial Augusta Andrade, em 2016, que atua na Patrulha Maria Penha, política da instituição que recebeu um prêmio do Fórum Brasileiro da Segurança Pública.

No estado do Maranhão, há três formas de ingressar na Polícia Militar. A primeira dela é por meio de Concurso Público, destinado a compor o quadro de praças que irão iniciar na carreira como soldado combatente. Ao longo do serviço prestado na instituição, pode chegar ao posto de Major ao prestar vestibular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), cursando o Curso de Formação de Oficiais – destinado a formação de cadetes, permitindo a ascensão ao posto mais alto da instituição policial, de tenente coronel (QOPM).

Na sociedade atual, é possível dizer que as mulheres ganharam espaço social e tiveram sua cidadania reconhecida, com a valorização dos seus direitos, permitindo avanços relacionados ao mercado de trabalho, escolaridade e direitos. O caminho para obter seus direitos foi de muita luta, com muitos desafios e alguns retrocessos e entraves.

Diante disto, é inevitável que as mulheres sintam cada vez mais a necessidade de uma identidade social que não seja exclusivamente definida a partir do papel econômico do homem. As mulheres, menos presas ao lar devido à maior facilidade de desempenho das tarefas domésticas e maternidades menos frequentes, e por outro lado, mais instruídas e preparadas naturalmente desejam utilizar suas capacidades, seus conhecimentos e sua competência para assegurar a sua própria independência e participar de modo mais completo e influente na vida da sociedade. (SULLEROT, 1978: pg.23)

Esses processos de luta por direitos básicos e essenciais, pelo reconhecimento da dignidade da vida das mulheres, antes de terem se findados continuam presentes na nossa sociedade que ainda possui números altíssimos de Feminicídio e violência contra a mulher, além de desigualdades que teimam em persistir – tais como a desigualdade salarial. No caso das lutas femininas e feministas, com a virada do século XX, de pouco a pouco as mulheres foram conquistando os seus direitos. Segundo Saffioti (2015: pg. 102). “Considerava imprescindível, para a libertação das mulheres, uma profunda mudança de todas as estruturas das quais elas participavam, ou seja, a descoberta, pelo movimento revolucionário, do elo mais fraco na combinação, no qual Marx atribui distinto relevo as diferentes funções das mulheres”.

Diante disso, as mulheres conquistaram um importante direito quando, em 24 de fevereiro em 1932, conseguiram o direito ao voto livre de escolher igualmente um candidato, até mesmo a se candidatar a presidência, a vereadora e prefeita. Hoje vemos mulheres ocupando cargos anteriormente ocupados por homens, sem, contudo, deixarem de ainda serem as maiores responsáveis pelo serviço doméstico – levando a um acréscimo considerável em sua carga horária de trabalho semanal. Segundo Sullerot (1978), “Uma sociedade só calcula com exatidão o que lhe parece importante, e a impressão das estatísticas acerca do emprego feminino, e prova de que o papel econômico das mulheres foi considerado marginal, durante muito tempo.

O conceito de gênero engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra de homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que como o próprio nome indica, é o regime da dominação exploração das mulheres pelos homens. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. O conceito gênero explica, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Diante disso a bandeira feminina se levantou com o intuito de buscar melhoria para a mulher, igualdade entre os homens e mulheres, proteção contra a violência doméstica, já que a força de um homem não compete com a de uma mulher, e com isso vieram às greves das costureiras no início do século XX, já que a maioria das mulheres estava locada nas grandes fábricas. A partir disso, elas pediam a regulamentação do trabalho feminino, já que jornada de trabalho era de 08h00 diárias a mais que os homens, e com isso veio o fim da abolição do trabalho noturno, já que as mulheres no período do século XX trabalhavam mais que os homens e ganhava menos – situação não muito diferente da atual. E com o isso veio a luta das mulheres na participação política que, em 1928, foi garantido o voto feminino. Contudo, foi vetado e cancelado o direito do voto feminino. Somente em 1932, no governo de Getúlio Vargas, a mulher ganhou oficialmente o direito ao voto, quando pode votar e ser também votada.

Violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino. Diferentemente da taxionomia que divide os diferentes tipos de espaço-tempo em doméstico, da produção e da cidadania. (SANTOS, 1955).

Entre os dois períodos entre o Estado Novo e o regime militar, o movimento feminista veio a perder muita força, mas com isso também veio algumas conquistas, como a lei do direito ao divórcio, e também ganhou a instituição, um dia no ano a ser comemorado o dia internacional da mulher, fruto de reivindicações.

Já os dados atuais mostram que 13 milhões de mulheres são mortas por dia no Brasil (Fonte: MS/SVS/CGIAE, Sistema de informação sobre a mortalidade - Sim). Para combater a violência contra a mulher, em 2006, foi promulgada a lei Maria da Penha (11.340/2006). Segundo autora Heleieth Saffiotti (2015: pg. 18-19):

[...] o entendimento da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Que fora vítimas de abuso sexual de maior vulnerabilidade a tentativas de abusos sexuais sejam inócuos, não provocando traumas de difícil cura.

Desse modo, é preciso destacar as intersecções entre gênero e violência em seus múltiplos aspectos. Para tal, faz-se necessário refletir sobre as dinâmicas que perfazem essas relações de gênero e suas imbricações no cotidiano.

As intersecções entre gênero e violência são também abordadas por diversas autoras, incluindo não somente a física e a sexual, mas também a psicológica, que inclui humilhações, isolamento social e intimidações, assim como a verbal, entre outras modalidades. As diversas manifestações de violência de gênero se configuram em tema bastante complexo, que requer ainda mais o estudo e o diálogo entre as distintas áreas do conhecimento, particularmente das ciências sociais e das ciências da saúde, sendo o campo da saúde coletiva um espaço privilegiado para tal. A violência está hoje entre as maiores causas de morbidade e mortalidade de muitos países do mundo, incluindo o Brasil. (Minayo, S. Risco e (in)segurança na missão policial (Cien Saude Colet 2013 Pg. 02 e 04)

Diante disso, essa lei foi uma das grandes vitórias do movimento feminista, uma lei que a resguardasse de um homem violento, já que desde o princípio do século uma mulher poderia sofrer qualquer tipo de agressão tanto física quanto psicológica, já que não tinha uma lei que lhe resguardasse disso. Com essa lei, uma mulher ao sofrer uma agressão pelo agressor familiar ou doméstico, basta denunciar ou ligar para o Disque Denúncia, cujo objetivo é impedir o aumento de morte de mulheres no Brasil.

O espaço que se reservou originalmente as mulheres em grande parte dos estados foi o desempenho de funções condizentes com a imagem social tradicional do papel

feminino, ao abrigo de riscos maiores e longe das atividades associadas á “guerra”: cuidar dos idosos e crianças; revistar mulheres; patrulhar aeroportos e rodoviárias; atuar em serviços de relações públicas e, quando muito, apoiar o policiamento masculino em grandes eventos como jogos, festivais etc. elas operariam essencialmente no contato da PM com a população, representando uma polícia mais sociável, dócil, humana e amigável (MUSUMECCI; MUSSUMECCI, 2005, p. 95- 96).

De inicio sabemos que a entrada de mulheres se destinou às atividades pequenas, longe dos quartéis policiais e das delegacias. O serviço prestado na sociedade era somente no controle do trânsito das grandes cidades, na revista de mulheres em lugares fechados, e cuidar de idosos e crianças em algum desastre ambiental ou criminoso. Mas diante de sua luta, a entrada das mulheres na polícia foi árdua e grande, o espaço desejado por elas na polícia. Antes um sonho a ser conquistado de participar de operações, passa a fazer abordagem em *blitz* e interrogar suspeito, e de alguma forma ajudar a proteger o país.

A iniciação das mulheres na policia ocorreu em 1955, quando no estado de São Paulo (SP), começou a promover no Brasil a iniciação das mulheres na polícia que foi uma modernização a partir da atuação das mulheres na polícia, rompendo assim o preconceito nas corporações policiais, em 1989, 35 mulheres foram escolhidas no curso de formação para as mulheres.

As mulheres policiais quando assumiram seus postos começaram a atingir seu potencial máximo, como profissionais, superando seus limites tanto físicos quanto intelectual. Mas, mesmo ocupando cargo que era pertencente antes a homens, as mulheres ao seguirem um padrão que é exigido na corporação, sobre o uso de maquiagem tanto no rosto quanto nos lábios, são obrigadas a seguir normas quando estão em serviço. Comportamentos vinculados a papéis de gênero são apagados, sendo exigida das mulheres a manutenção de uma postura.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de campo através do método da observação sistemática, com cunho quantitativo, sendo utilizado como ferramenta de pesquisa um roteiro de entrevista semi-estruturada. Para tal, foi elaborado um questionário com um total de 13 perguntas cujo objetivo foi realizar um levantamento da situação e condição de trabalho das mulheres que compõem a área da segurança pública dos municípios de São Bernardo/ MA e Santa Quitéria/ MA, ambos localizados no estado do Maranhão.

As perguntas se concentraram em avaliar em que medida essas mulheres profissionais da área de segurança pública, policiais militares, policiais civis e guardas municipais, em seus cotidianos de trabalho, sofrem diferentes situações de assédio – moral e sexual – e agressões, tendo que assumir estratégias de enfrentamento desses casos para conseguirem manter seus empregos. A hipótese levantada, e que suscitou o interesse da problemática da pesquisa, é de que essas profissionais femininas acabam tendo que conviver com violências que se somam ao medo recorrente que cerca essas profissões – além do medo de serem assassinadas e violentadas fisicamente, elas ainda têm que superar, dia após dia, casos ligados aos preconceitos e desigualdades de gênero que ainda imperam na sociedade brasileira.

3.1 Descrição da Região do Baixo Parnaíba Maranhense – Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de São Bernardo – MA, localizado na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, com população de 28.020 habitantes, segundo informações do IBGE de 2016.

Figura 05:



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/São_Bernardo_\(Maranhão\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Bernardo_(Maranh%C3%A3o))

A cidade de São Bernardo, localizada no nordeste do Maranhão, fundada em 29 de março de 1938, tem sua economia atrelada aos pequenos e grandes comércios. Por ser um município que conta com uma extensa área rural, com vários povoados ao redor da sede, cuja população movimentava a rede de comércio local, com a população desses vilarejos se direcionando para a cidade com o objetivo de realizarem suas compras. Além disso, as pessoas que residem nesses povoados, mensalmente, se deslocam para a região urbana para receberem seus benefícios – como o do Programa Bolsa Família –, assim como para realizarem realizações bancárias nas duas agências que existem: Banco do Brasil e Bradesco.

O município conta ainda com uma Lotérica e um Correspondente Bancário da Caixa Econômica Federal – sendo o último situado na rede de supermercados Casas Garcia. Nesse sentido, os trânsitos entre as áreas urbana e rural se estabelecem de forma ampla, com essa oferecendo gêneros alimentícios tais como: Feijão, Milho, Arroz, que muitas das vezes são vendidos no mercado municipal. Com o levantamento dos dados disponibilizado pelo IBGE⁷ e pelo DATASUS, que levantaram e elaboraram o PIB: Produto Interno Bruto da cidade de São Bernardo/MA, em 2016 o cálculo do PIB per capita e de (R\$9.426,72) nos ramos de serviços públicos, indústria, impostos e agropecuária. Sendo que a cidade conta com uma fábrica de fabricação de tijolos e telhas⁸. Com um Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de 0,538 e, IDEB de $4,81 \times 0,92 = 4,4$ (2017)⁹.

A cidade de São Bernardo contém uma Delegacia de Policial Civil, é o quartel do 6º Pelotão da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Onde o quartel da Polícia Militar e o da Civil se localiza no centro da cidade, onde a militar trabalhar todos os dias na semana e nos feriados também no qual trabalham por plantões de 72 horas. Os policiais civis também trabalha por plantões de 72 horas. A delegacia conta com um delegado, 02 investigadores, 02 escrivões Ad-hoc, um é contratado pelo estado e o outro concursado e 03 três carcereiros com plantões de 24 horas – sendo que são 03 agentes de trânsito cedidos para a delegacia de polícia civil. Enquanto a guarda municipal possui um alojamento ao lado da prefeitura municipal, em que os mesmos são 15 Guardas concursados e 05 contratados como educadores de trânsito. Alguns são cedidos em órgãos públicos, e o restante trabalha na rua controlando o trânsito da cidade. O presídio, mas próximo fica localizado em Chapadinha Maranhão a 127

⁷ IBGE é um órgão do Governo Federal subordinado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e gestão que tem como função levantar e fornecer dados e informações sobre o território brasileiro e sua população. DATASUS⁷ é o departamento de informações do sistema Único de Saúde do Brasil. Trata-se de um órgão da Secretaria de gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde.

⁸ Fonte: (<http://www.deepask.com/goes?page=sao-bernardo/MA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>)

⁹ Fonte: ([https://pt.m.wikipedia.org/wiki/São_Bernardo_\(Maranhão\)](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/São_Bernardo_(Maranhão))).

km de São Bernardo, que foi reformado em 2012, onde possui dois pavilhões com 13 celas, que comportam 121 presos divididos em divisórias, onde o presídio tem sistema de monitoramento eletrônico, salas de aula.

O serviço dessas mulheres nas instituições públicas, muitas das vezes, coloca sua segurança em risco por trabalhar em locais que oferecem riscos ligados ao trabalho de policiamento ostensivo. E o caso da escrivã ad-hoc, lotada na delegacia de polícia civil, sempre que atente alguém que vai relatar uma ocorrência, preso e até mesmo no atendimento diário, pode acontecer ofensas verbais e tentativas de agressões físicas. No período em que trabalhei lá, presenciei muitas vezes palavras ofensivas contra a escrivã.

3.2 A Realização das Entrevistas: Eu enquanto ser ambíguo – Guarda Municipal e Pesquisador

A realização desta pesquisa, como sublinhado anteriormente no corpo deste trabalho monográfico, foi facilitada pelo fato de atuar no município como guarda municipal. Todos os dias, em diferentes horários, transito pelas ruas da cidade realizando com esmero meu trabalho. Assim, sou conhecido por muitos habitantes. Por trabalhar com guardas municipais femininas nessa minha rotina laboral, e ter uma relação de muito zelo e respeito pelo trabalho que elas desenvolvem, as entrevistas foram concedidas sem grandes empecilhos – visto que muitas delas são minhas colegas. Durante esses três anos que estou como guarda municipal, já presenciei várias situações de desrespeito, hostilidade e assédio destinados as minhas colegas de serviço. Somado isso, estive por dois anos como auxiliar de serviços gerais na Delegacia de São Bernardo. Nesse local, as situações eram ainda mais aviltantes.

Na minha trajetória profissional, presenciei casos em que guardas municipais femininas, ao realizarem suas atividades de abordagem foram xingadas, empurradas, assediadas, tendo que intervir em algumas situações. Tais casos tiveram consequências jurídicas, inclusive. Nesse sentido, meu lugar de fala é de um pesquisador que convive com esse cotidiano é afetado por esses casos (FAVRET-SAADA, 2005, p. 01). Se me falta o distanciamento necessário para perceber algumas dimensões desse contexto, a proximidade me permitiu uma maior aproximação do meu campo de pesquisa. Segundo Favret-saada, (2005, p. 01), com efeito, minha experiência de campo com o desenfeitiçamento e, em seguida, minha experiência com a terapia analítica levaram-me a pôr em questão o tratamento paradoxal do afeto na antropologia: em geral, os autores ignoram ou negam seu lugar na experiência humana. Quando o reconhecem, ou é para demonstrar que os afetos são o mero

produto de uma construção cultural, e que não têm nenhuma consistência fora dessa construção, como manifesta uma abundante literatura anglo-saxã; ou é para votar o afeto ao desaparecimento, atribuindo-lhe como único destino possível o de passar para o registro da representação, como manifesta a etnologia francesa e também a psicanálise.

Na utilização desse instrumento de pesquisa foram coletadas as seguintes informações: a) como é o modo de trabalho daquelas mulheres, informações pessoais sobre b) como lidavam diante de sua profissão, com 13 (treze) perguntas relacionadas a sua área de trabalho. c) Como é a abordagem delas no local de serviço? Se já sofreram discriminação e assédio sexual por colegas ou atuando no seu horário de serviço usando a farda. Além disso, as entrevistas buscaram saber como é sua vida fora do ambiente de trabalho, uma vez que o ambiente hostil de trabalho – e o modo como política de segurança se configura no Brasil – acaba tornando essa uma profissão de riscos.

No processo de realização da pesquisa, foi entrevistado um total de 09 mulheres, contribuindo para a obtenção de uma ampla visão geral em meio as opiniões relacionadas ao tema proposto, cujo objetivo é oferecer uma análise qualitativa dos profissionais dessas mulheres que permita o apontamento de algumas conclusões. Para efeito de sistematização dos dados apresentados, essas mulheres foram agrupadas segundo a categoria idade.

Tabela 1 - Mulheres da Segurança Pública.

NOME	IDADE	COR/ RAÇA	RENDA PER CAPITA	ESCOLARIDADE	CARGO E INSTITUIÇÃO
Tulipa	32 anos	Morena, parda	R\$918,0	Segundo Grau completo	Guarda Municipal
Iris	33 anos	Morena, parda	R\$918,0	Segundo Grau completo	Guarda Municipal
Gardênia	26 anos	Morena, parda	R\$1.218,0	Ensino Superior incompleto	Guarda Municipal
Rosa	28 anos	Morena, parda	R\$1.218,0	Ensino Superior completo	Guarda Municipal
Orquídea	30 anos	Branca	1.218,0	Segundo Grau completo	Guarda Municipal
Flor de Lis	27 anos	Morena, Parda	R\$4.258.0	Ensino Superior completo	Policial Militar

Girassol	35 anos	Branca	NÃO Informou	Ensino Superior completo	Escrivã Ad-Hoc
Frésia	32 anos	Branca	R\$918,0	Segundo Grau completo	Guarda Municipal
Jasmim	34 anos	Morena, Parda	R\$918,0	Segundo Grau completo	Guarda Municipal
Lírio	35 anos	Morena, Parda	R\$1.218,0	Ensino Superior Incompleto	Guarda Municipal

Fonte: MARQUES, José Henrique, 2019.

Das 09 mulheres que fizeram parte da pesquisa são: 07 guardas municipais, ou Soldada da Polícia Militar e uma escritã Ad-Hoc, contratada e que atua na delegacia de São Bernardo. Como dito anteriormente, do efetivo de policiais militares que atua na cidade – total de 05 – uma é mulher. Segundo Rudnicki (2008, Pg.49): “a polícia é resultado de atividade humana, exigência da vida social moderna. Desde os tempos da Revolução Francesa, os debates sobre o poder da polícia dizem respeito à segurança, pois as consequências de suas ações repercutem na liberdade de cada cidadão”.

Das 09 entrevistas realizadas, sete foram com guardas municipais que atuam no trabalho ostensivo, ou seja, estão nas ruas, em contato direto com a população bernardense. Ser mulher, nesse cenário, muitas vezes, requer não apenas um preparo físico, mas também emocional.

3.3 Análise de Dados

1º- Quais as atitudes que você teve que adotar – tais como, modificar seu comportamento – após a entrada na Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal? Exemplo: uso do cabelo, unhas pitadas e/ou uso do batom?

Ao ser indagada sobre como seu comportamento se modificar após a entrada na instituição de segurança pública, a policial militar Flor de Lis¹⁰, disse que não precisou se adequar as normas e também não sofreu pressão para incorporar determinadas condutas.

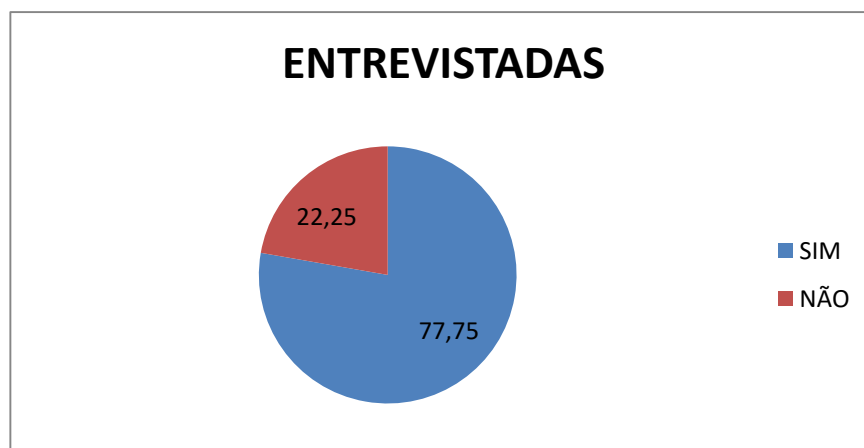
¹⁰ Todos os nomes presentes nesta pesquisa são fictícios e foram escolhidos de maneira aleatória.

Segundo a policial, a regra da corporação que exige o uso do coque não é uma imposição, mas uma necessidade da profissão:

Não, porque já trazia como hábito pintar as unhas, utilizar batom e etc. Na prestação do serviço policial, usar o cabelo com o coque é uma norma a ser adotada que varia de uma instituição para outra, mas não necessariamente se encaixa na mudança de comportamento, visto que é uma mudança externa e não interior ao indivíduo, com o intuito de facilitar o desempenho da atividade.

A resposta de Flor de Lis me causou espanto, visto que ela demonstra ser vaidosa com relação aos seus cabelos. Em nossa sociedade, reforçada inclusive pela doutrina de algumas instituições religiosas, há um apelo com relação da manutenção e ostentação das madeixas para as mulheres. Nesse sentido, a construção dos papéis tradicionais de gênero – vinculados a um discurso feminino – ressalta a importância dos cabelos para auto-estima, sendo inclusive um marcador de diferenças com relação aos homens. Se for mulher, no nosso país, está para além de possuir longos cabelos, usar salto alto, utilizar maquiagem, usar vestidos e saias e ornar as unhas, por outro lado, se recorre a esses atributos em vários ambientes, demonstrando que o corpo feminino é elaborado a partir de determinadas narrativas padrões. Ao prender suas madeixas e colocar o boné – parte do fardamento/uniforme –, Flor de Lis incorpora o repertório de transito entre os gêneros. Sendo uma instituição majoritariamente masculina e que estabelece cotas e limites para o acesso de mulheres, adentrar nessa corporação requer um alinhamento das práticas corporais, levando a um processo popularmente denominado de *masculinização*.

Gráfico 01: Respostas das entrevistadas Policia Militar, Civil e Guarda Municipal.



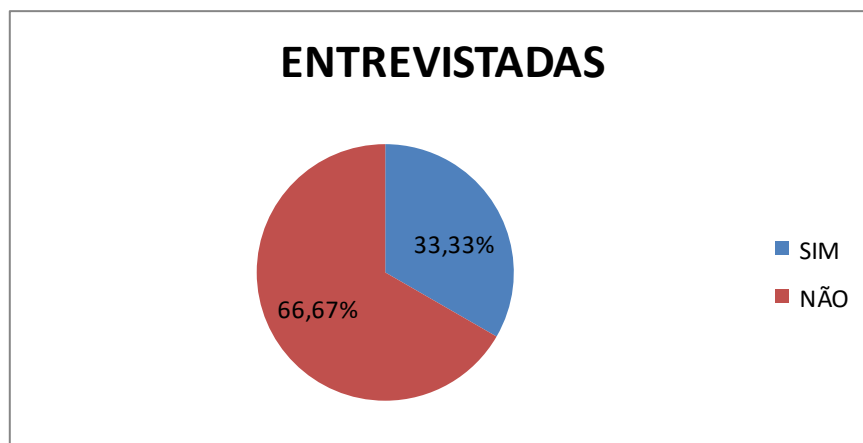
Fonte: MARQUES, 2019.

As perguntas direcionadas feitas para as mulheres da segurança pública mostram que 77,75% delas, de alguma forma, já foram chamadas a atenção pelo uso da maquiagem e pela forma que usa o cabelo – já que algumas destacaram serem normas da instituição a serem seguidas. 22,25% delas responderam que não foram repreendidas quanto ao uso da maquiagem e sobre o cabelo, já que sabem que diante do trabalho o uso da maquiagem excessiva e do cabelo solto representam exageros. Elas pontuaram que o serviço na área da segurança pública tem que ser levado a sério pra não ser questionado pela sociedade. As falas dessas mulheres se assemelham às análises elaboradas pelas autoras Bárbara Soares & Leonardo Musumeci (2005):

A pesquisa concluiu que “prevalece antes o impacto das PMs sobre as trajetórias de vida das mulheres policiais do que o inverso” (SOARES & MUSUMECI, 2005: 125). Porém, são apontadas significativas fraturas no processo: [...] Em primeiro lugar, em função de dinâmicas históricas e políticas, que antecedem e que estão na base da própria incorporação das mulheres. Em segundo lugar, pelos efeitos não controlados dessa incorporação da alteridade [...]. Em terceiro lugar, pelas consequências, igualmente imprevisíveis, da paulatina ascensão de mulheres a postos importantes de comando das corporações (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 125).

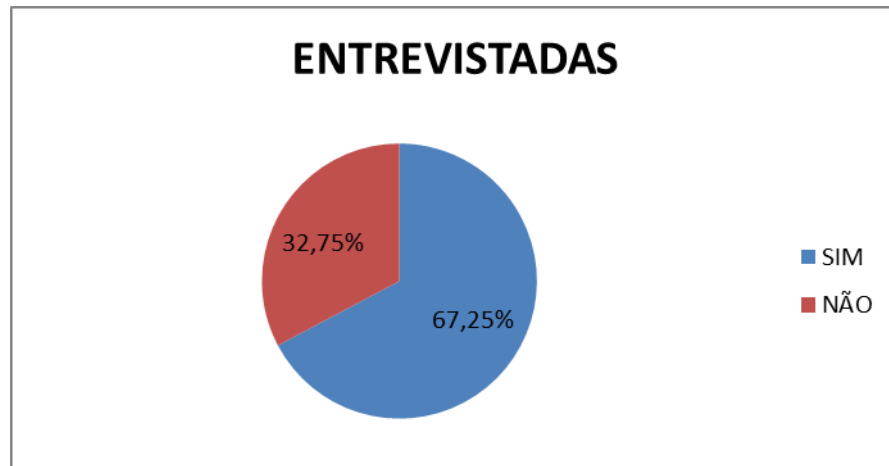
Das entrevistadas, 33,33% acreditam que a população não vê com bons olhos o trabalho desempenhado pelas guardas e policiais femininas. Contudo, do universo das entrevistadas, 66,67% das mulheres que atuam na Segurança Pública no município de São Bernardo percebem o reconhecimento por parte da população dos trabalhos por elas desenvolvidos. Esses dados demonstram que, em geral, o cotidiano delas está imerso em vivências positivas que contribuem para o exercício da profissão.

Gráfico 02: Respostas das entrevistadas Policia Militar, Civil e Guarda Municipal.



Fonte: Marques, 2019.

Gráfico 03- Respostas das entrevistadas Policia Militar, Civil e Guarda Municipal.



Fonte: Marques, 2019.

De acordo com o **Gráfico 03**, cerca de 67,25% das entrevistadas responderam que algumas pessoas ainda veem com certo estranhamento uma mulher fardada com o uniforme de instituições de segurança pública. Segundo o relatado por uma das entrevistadas: “algumas pessoas pensam que somos menos capazes do que os homens, sendo que temos as mesmas capacidades que eles”. Outra ressaltou que: “algumas pessoas acreditam que somos incapazes de fazer nosso serviço, e que não servimos para estar ali. Como uma vez que fui abordar um cidadão, solicitando que esse se retirasse de seu carro e ele falou pra mim que o meu lugar era para estar cuidando de casa e não sendo guarda”. De acordo com as mulheres, em geral, a população ainda vê uma mulher a partir de rótulos e estereótipos que recaem como um sobrepeso.

De acordo com as participantes da pesquisa, o preconceito ainda está presente e faz parte de diversas situações durante o exercício da profissão. Mesmo exercendo as mesmas funções, as mulheres são tratadas com desrespeito em seu local de serviço, já que nas entrevistas são descritas situações de desrespeito, simplesmente por elas serem mulheres e estarem trabalhando. Indagadas sobre a visão da população acerca da presença feminina em órgãos e repartições públicas, 32,75% das mulheres responderam que a sociedade em geral ainda não está acostumada com a presença feminina em determinados cargos, principalmente no caso das policiais militares que atuam em uma profissão reconhecida como sendo exercida majoritariamente por homens. Atualmente é possível perceber que as mulheres estão conquistando seus espaços, com a presença feminina cada vez maior nessas instituições e corporações. O acesso das mulheres nesses espaços foi favorecido também pela escolarização

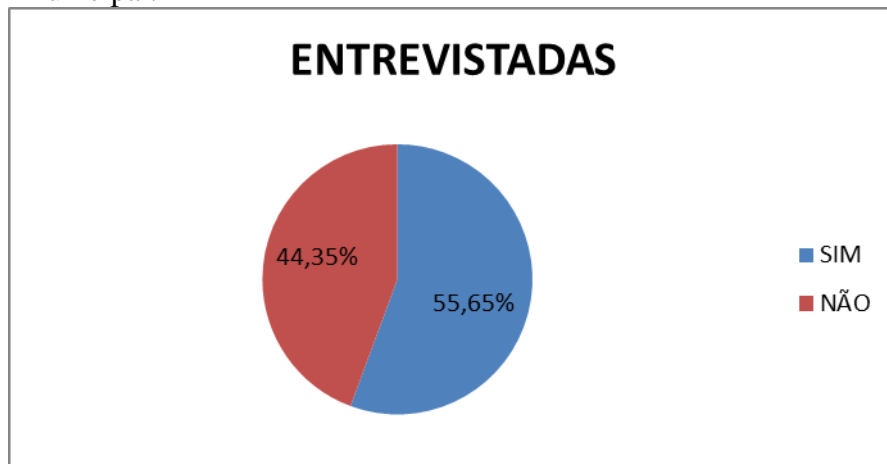
crecente de meninas e jovens que, nos dias atuais, superam o público masculino nas universidades. Com relação às atividades desempenhadas, a entrevistada Girassol, guarda municipal, disse que as funções são iguais, não há diferença.

No caso da Brigada Militar, as mulheres inserem-se em um espaço no qual os homens estão “estabelecidos”, uma cultura marcada pelo militarismo e pelas atividades de policiamento ostensivo, tendo o uso da força como referência no padrão de atuação e a violência como um dispositivo constituidor de homens e mulheres (CALAZANS, 2003, Pg. 15).

Assim, segundo Calazans (2003), nas instituições de segurança pública existem dispositivos que produzem corpos segundo conceitos e valores propagados pelas corporações. Tornar-se está vinculado a estabelecer o seu corpo a pressões psicológicas e ao esgotamento físico – presente nas ações ostensivas que acabam colocando essas profissionais expostas ao sol e as intempéries.

Ao serem indagadas se já vivenciaram situações de preconceito, 57% disseram que sim e 43% que não.

Gráfico 04: Respostas das entrevistadas Policia Militar, Civil e Guarda Municipal.



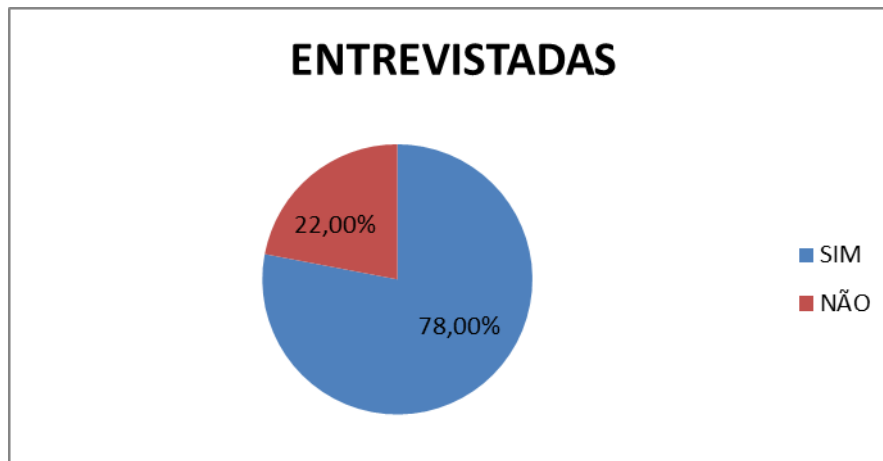
Fonte: Marques, 2019

Certo dia ao receber uma pessoa no quartel da polícia, que queria relatar uma ocorrência, fui recebê-lo e o mesmo me perguntou se não tinha nenhum policial em serviço, ou seja, eu estava fardada, mas por ser mulher ele queria a presença de um policial homem para atendê-lo, sendo possível perceber que existe muito a ser mudado na visão de algumas pessoas.

Diante disso, 55, 65% percebe-se que mesma a presença masculina ainda é vista como fator decisivo na denúncia de uma ocorrência. Há, por parte da população, preconceitos com relação ao atendimento feminino. As mulheres da Guarda Municipal também relataram que, muitas vezes, diante de uma abordagem são questionadas pelo indivíduo, tendo elas que recorrerem ao apoio de seus colegas homens para lhes ajudarem na ação. Enquanto 44 35% delas responderam que ainda não foram vítimas de preconceito, que nesta situação não abordam ninguém sem a companhia de seus colegas um homem.

4°. As muitas faces do medo. Em ação quais os seus maiores medos diante da profissão?

Gráfico 05: Respostas das entrevistas das Policiais Militares, Civil e Guarda Municipal.



Fonte: Marques, 2019.

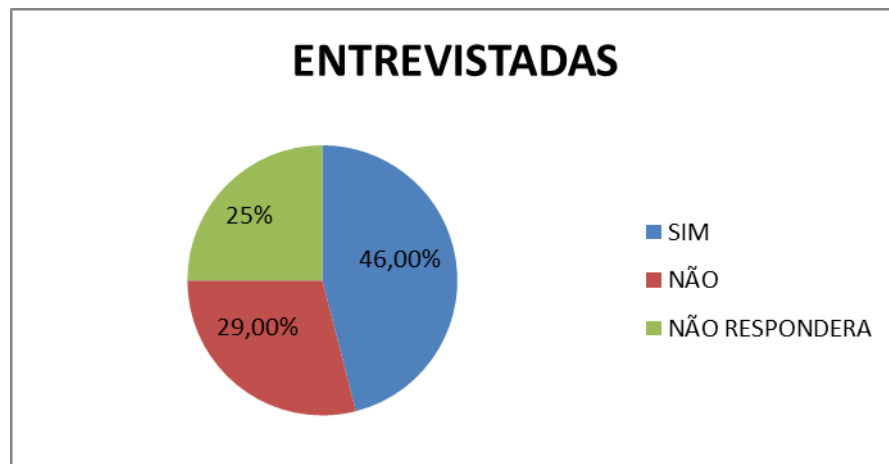
Diante do gráfico 05, **78%** das mulheres responderam que Sim sente medo diante da profissão na área da segurança pública, sendo as 04 (Quatro) Guardas municipais responderam que seu maior medo e nos eventos festivos como carnaval e festa junina, onde certos aglomerados de pessoas estão reunidos na praça de evento, sendo que já tiveram que se envolver em separação de brigas ate mesmo o individuo estar, portanto armas brancas (facas e estiletos), onde ali fica o receio de ficar marcada por alguém que não goste de nossas ações ate mesmo na rua quando estamos atuando no transito, na conciliação do carro mal estacionado, ou em alguma ordem de despejo de uma barraca colocado em uma praça ou em cima de uma calçada sem autorização da prefeitura, onde sempre acabamos sendo vítimas de ameaças ou física ou verbalmente. As duas Policiais Militar e Civil responderam também que sim e uma profissão de total risco que sempre são sujeitos a ameaças a Soldada Militar

respondeu que: “– A profissão de forma geral é bastante arriscada, o policial é treinado para estar presente em todas as situações de perigo. É certo que o medo existe, principalmente nas ocorrências de maior vulto, porém tem todo um treinamento para saber lidar com ele”.

Enquanto **22%** ressaltaram que a profissão não oferece tanto risco, que a profissão de imediato e sim turbulenta já que em alguns eventos sempre vai haver uma ocorrência de briga, mas nada que não possa ser resolvida com uma conversa.

5°. E os direitos humanos? O que pensa?

Gráfico 06: Respostas das entrevistadas Policia Militar, Civil e Guarda Municipal.



Fonte: Marques, 2019.

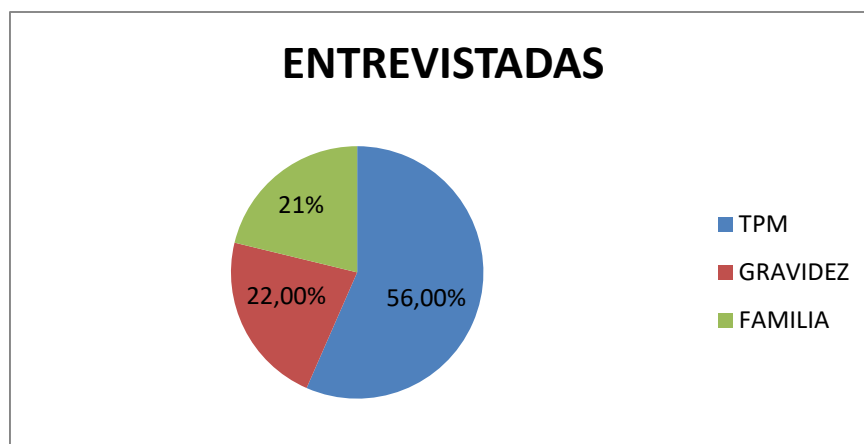
De acordo com o gráfico 06. **29%** responderam que os direitos humanos representam uma lei que serve para todos e que, diante da força da segurança pública, se deve trabalhar de acordo com a lei, e com a legalidade. Os direitos humanos é um grupo de leis para os policiais e para os guardas, assim como para as demais pessoas. De certa forma, esses direitos vão buscar uma forma de proteger todos e quaisquer cidadãos. Já **46%** das profissionais de segurança pública destacaram os aspectos de proteção aos infratores pelos direitos humanos. Segundo elas, somente bandido tem valor, como uma entrevistada ressaltou em sua entrevista: “ – Caso aconteça um confronto em que o bandido atira pra matar, e o policial revidar pra não perder a vida, e acaba acertando e matando o bandido, os defensores dos direitos humanos vai em cima do policial pedindo a prisão desse policial. Mas, se acontecer ao contrário, e o policial morrer e o bandido sobreviver, vai ser o bandido que vai

ser defendido pelos direitos humanos’’. Para essas mulheres, de acordo com as entrevistas, quatro dessas mulheres responderam que os direitos humanos não representam esses profissionais. Dessas quatro, uma era policial e afirmou que as leis do Brasil estão totalmente erradas em relação a segurança pública.

Enquanto 25% delas não souberam responder ou não quiseram opinar sobre essa questão. Para essas, os Direitos Humanos nada resolvem.

7º- Quais os principais desafios no exercício da profissão da Policial Mulher e Guarda Municipal

Gráfico 07: Respostas das entrevistadas da Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal.



Fonte: Marques, 2019.

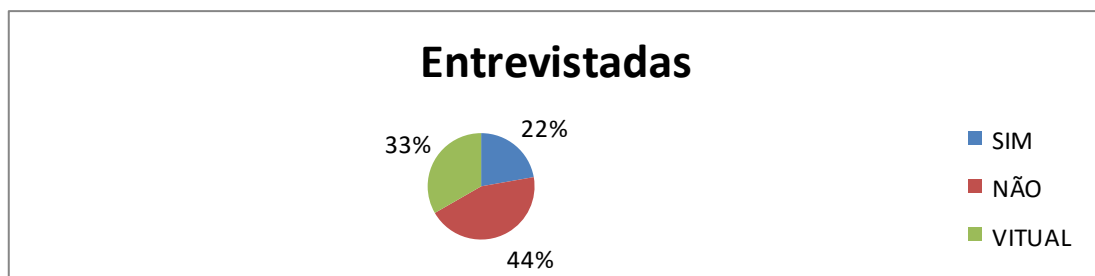
De acordo com o gráfico 06, 21% das entrevistadas responderam que um dos grandes desafios da profissão é à distância da família, e os dias que permanecem longe da família, filhos, marido, mãe, pai e irmãos. Delas, duas policiais, uma Militar e uma Civil, elas relataram que o maior medo de atuar na profissão é o perigo, sendo que um dos fatos mais marcantes na vida das policiais é a perda de um companheiro de serviço em combate – casos que, segundo elas, aumentam cada vez mais o medo e a pressão de suas famílias relacionada a escolha da profissão.

Conforme o gráfico, 22% delas responderam que a gravidez é o principal desafio para a mulher exercer a profissão. Quando elas engravidam, passam a desenvolver atividades apenas administrativas, tanto a policial quanto a guarda municipal. 56% responderam que o

período menstrual também dificulta, aumentando o stress lhes acompanham durante esse período. Devido às dores, o serviço acaba se tornando chato, cansativo e puxado. Nesses dias, o corpo requer um descanso já que a profissão configura em constantes rondas a pé, principalmente no caso das guardas municipais.

7º- Já sofreu algum tipo de assédio?

Gráfico 08: Respostas das entrevistadas Guardas Municipais, Policiais Militares e Civis.

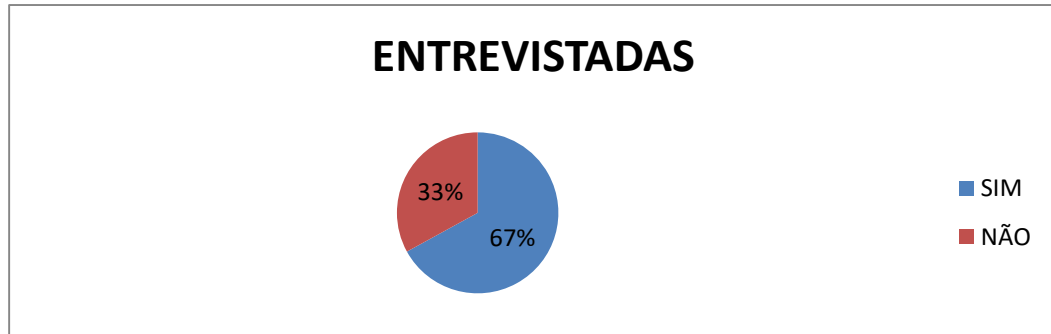


Fonte: Marques, 2019.

De acordo com o gráfico 08, o estudo mostra que **33%** delas sofrem assédio maior pelas redes sociais, devido postagem de fotos em serviço e até mesmo fotos pessoais. Elas recebem inúmeras propostas de homens e até mesmo de mulheres, lhe propondo sexo vestindo a farda. Indaguei como elas lidavam com essas mensagens. Elas me responderam que bloqueiam e raramente aceitam qualquer pessoa em suas redes sociais. Ao perceberem o assédio, passam a não expor suas ações de trabalho. **44%** delas responderam que ainda não foram assediadas por nenhum homem em seu local de serviço e esperam que não sejam. Enquanto **22%** responderam que sim, já foram assediadas em seus locais de serviço, sendo chamadas de gostosa por dois indivíduos em uma moto e o outro em um carro – em que elas disseram não conhecer nenhum dos indivíduos.

Gráfico 08. Você poderia narrar uma situação difícil que viveu como Policial ou Guarda? Como resolveu?

Gráfico 09: Respostas das entrevistadas Policia Militar, Civil e Guarda Municipal.

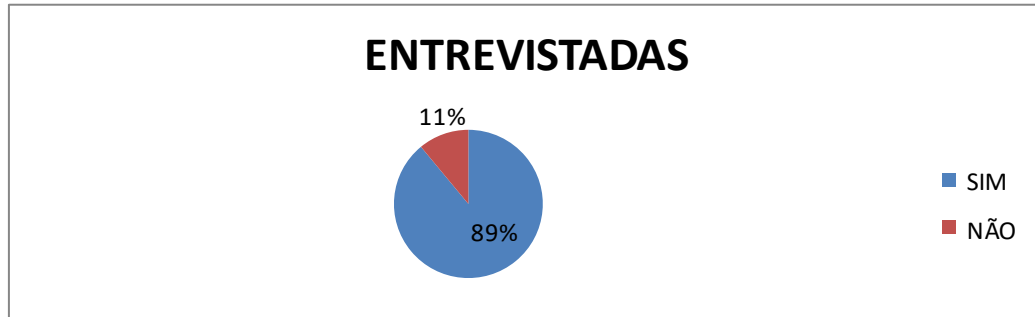


Fonte: Marques, 2019.

De acordo com o gráfico **09**, as perguntas feitas as mulheres da segurança pública **67%** delas responderam que sim, já se encontraram em situações difíceis, com alguns dos relatos das policiais militar e civil. Algumas das ocorrências de maiores vulto, sendo essas: acidentes de trânsito com vítima fatal, roubo aos correios, roubo de veículos, sendo todas elas sido resolvidas com as técnicas adquiridas no curso de formação e seguindo os parâmetros legais. Os acidentes de trânsito são frequentes, relatam as mulheres, às vezes por pessoas imprudentes, com velocidades alteradas em ruas e vias muito movimentadas e acabam ocasionando um acidente que muitas vezes vem até ter vitimas fatais. São situações que às vezes são difíceis de controlar, até mesmo com os curiosos que estão por perto. Enquanto **33%** responderam que quando surge alguma ocorrência, resolve a situação normalmente junto com os colegas, mas que até o momento ainda não vivenciaram uma situação agravante, como acidente de trânsito com vítima fatal, nem roubos e assaltos.

Gráfico 09. Você já teve que usar a violência alguma vez? Quando e em que circunstâncias?

Gráfico 10: Respostas das entrevistadas Policiais Militares, Civis e Guardas Municipal.



Fonte: Marques, 2019.

De acordo com o **gráfico 10**, **89%** das entrevistadas responderam que sim, já tiveram que ser violenta em algumas situações. De acordo com as respostas, elas responderam que, apesar de ser uma profissão gratificante, é uma profissão estressante, tendo que lutar com pessoas – mais complicado do que lutar com animais, já que muita das vezes tem que ser ignorante e chata com as pessoas que não sabem ouvir uma determinação. Segundo elas, há certo desrespeito na profissão, especialmente quando se trata de mulher, sendo que umas das entrevistadas, a policial militar, ressaltou que: “A PM usa o uso progressivo da força, que é calculado de acordo com o desenrolar da ocorrência, sendo necessário aumentar o uso da força quando o acusado desobedece, resiste e agride o policial”. Essa resposta é semelhante a das Guardas Municipais, que ressaltaram quando um colega ou colega sofre algum tipo de violência, seja ela verbal ou física, levando o caso às autoridades competentes.

Enquanto **11%** delas responderam que não precisaram usar de violência em serviço, já que quando elas percebem que não querem cumprir o que foi mandado, não insistem na ordem. Quando se trata de um caso grave envolvendo crimes e outros, sempre chamam reforço para auxiliá-las. Elas responderam que em seus plantões ainda não presenciaram uma violência física e nem verbal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acadêmica com o tema “**Mulheres na Segurança Pública: exclusão de gênero no exercício da função**”, buscou compreender aspectos relacionados ao exercício de suas funções por agentes femininas da Guarda e das Polícias Militar e Civil. Assim, visa apontar elementos sobre o trabalho na área da segurança, especialmente das relações de gênero estabelecidas, ressaltando questões de como a mulher enfrenta o homem e a sociedade para poder ser aceita dentro dos parâmetros da profissão na área de segurança pública. Diante das transformações mundiais, a mulher enfrentou barreiras e empecilhos na luta pelos seus direitos, pelo voto, pela liberdade de expressão e pela busca por direitos iguais.

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa de campo de caráter qualitativo, através do método da observação sistemática, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturado, como ferramenta de obtenção dos resultados, através de um questionário com um total de 13 perguntas. Através dos objetivos gerais e específicos, constatou-se que apesar de enfrentar o preconceito com salários desiguais aos dos homens, não desistiram de lutar em busca de seus direitos na sociedade, em que essa a mulher moderna, depois da conquista do seu espaço na sociedade tem a plena consciência dos seus deveres, bem como da busca por seus direitos em uma sociedade machista e controladora. Como embasamento teórico utilizou-se como referências autores como: Heleieth Saffioti (Gênero Patriarcado violência) e (Mulheres Policiais presença feminina na policia Militar do Rio de Janeiro de Barbara Mussumeci e Leonarda Musumeci), além da consulta em artigos de revistas conceituadas, teses e dissertações.

Os resultados desta pesquisa concluíram que a mulher ao fazer parte da segurança pública no município enfrenta diversos tipos de assédio, sendo eles moral, sexual dentre outros. Identificamos que parte delas sofre com consequências físicas e psicológicas devido aos constantes desacatos; É importante frisar que são atitudes recorrentes de preconceito que fazem parte das relações sociais cotidianas.

Desse modo, enfatizamos também o trabalho de mulheres à frente da Guarda Municipal, um órgão que zela pelo patrimônio público e que guarda a segurança do cidadão e do patrimônio em todos os municípios brasileiros, mas que passa por um processo de desvalorização. Assim, destaca-se que a segurança pública passa por inúmeros desafios, dentre eles a aceitação de mulheres exercendo a profissão na área de segurança pública.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALAZANS, M. E. De. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.
- CAPPELLE, Monica Carvalho Alves; CRAMER, Luciana. NETTO, Alcielis de Paula. **Relações de gênero na Polícia: a construção das representações sociais do masculino e de feminino em uma organização militar**. 2002.
- CONCEIÇÃO, Ana Cristina; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Morbiomortalidade de Mulheres Policiais Militares**. 2013.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Aecté”. In: **Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie**, 8. p. 3-9.
- FERNANDO C. DERENUSSON, BERNARDO JABLONSKI. **Sob o fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial**. Lisboa, Portugal: Aletheia, 2010. p. 22-37.
- FONSECA, Claudia. CARDARELLO, Andrea. Direitos dos Mais e Menos Humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999.
- LOPES, Emanuel Bruno; BRASIL, Glauciria Mata. Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis, 2010, **Anais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. p. 1-9.
- MARCIA PEREIRA LEITE. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública. **Rev. bras. segur. Pública**, São Paulo, v.6, n. 2, p. 374-389 ago/set 2012.
- MINAYO, Maria Cecília Sousa. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, núm. 3, 2013, p. 611-620.
- MINAYO, M. C. S, ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Cien. Saúde Colet.**, v.18, n. 3, p. 585-593, 2013;
- MONET, Jean-Claude. **Policiais e sociedades na Europa**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- MOREIRA, Rosemeri. **Sobre Mulheres e Policiais: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. 2011. 126 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

- MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara M. Polícia e gênero: Presença feminina nas PMs brasileiras. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 7, p. 183-207, maio de 2004.
- OLIVEIRA DIAS, Luciana. Policia tem Gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, 2014. p. 160-171.
- RIBEIRO, Iselda Corrêa. Policia tem futuro? Policia e sociedade em David Bayley. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 444-453, jul./dez.2002.
- RUDNICKI, D. Três dias no Presídio Central de Porto Alegre: o cotidiano dos policiais militares. **Revista de In- formação Legislativa**, v. 193, p. 49-63, 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth, **Gênero, patriarcado, violência**. 2. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SCOTT, JOAN. Gênero: uma categoria útil de análises históricas. Gênero e a política da história. New York, Columbia University Press. 1989.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat. New York: Columbia University Press, 1989.
- SOARES, Barbara Musumeci. Mulheres Policiais: presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro. **Civilização Brasileira**, 2005, (segurança e cidadania; 1).
- SOUZA, Edinilsa Ramos de *et al.* Sofrimento entre policiais civis: Uma análise sob a ótica de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23n. 1, jan. 2007. p. 105-114.
- SULLEROT, Evelyne. Les Changments de Rôles de Hommes et des Femmes em Europe. In: **O CORREIO de UNESCO**, v. 7, n. 1, 1978, p. 23, janeiro 1978.
- VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

Data da entrevista ___/___/_____

Local: _____

Entrevistador(s) _____

1. DADOS PESSOAIS

- Nome da entrevistada _____
- Idade _____
- Estado civil _____
- Escolaridade _____
- Escolaridade:

Primeiro grau incompleto Pós-graduação

Primeiro grau completo Superior

Segundo grau incompleto Mestrado

Segundo grau completo Doutorado

2. ENTRADA NA POLICIA CIVIL E MUDANÇAS IDENTITÁRIAS

- Por que a Policia Civil?
- O que a entrada para a Policia Civil mudou em sua vida?
- Quais foram às reações de familiares e amigos ao saberem de sua nova profissão?
- Sofreu algum trote, ritual de iniciação?

3. COMO SÉ TRANSFORMA UMA MULHER EM POLICIA CIVIL?

- Você teve que modificar seu comportamento, após a entrada na Policia Civil, tipo no uso do cabelo, unhas pitadas e o batom?

4. A PROFISSÃO:

- Para você ser policial o que significa?
- Vestido a farda? Qual o peso da farda?

5. Ser policial sempre foi um sonho? Como e ser uma policial feminina, composta em uma corporação que tem mais homens?

7. Para você as mulheres devem desempenhar as mesmas atividades que os homens na Policia Civil?

8. As muitas faces do medo; Em ação quais os seus maiores medos diante da profissão?

9. O medo de todos é da (o) Policial: você acha que há um medo da população em relação a Policial Mulher?

10. E OS DIREITOS HUMANOS? O QUE ACHA?

- Respeitar e aplicar?
- Só serve para bandidos?
- Devem ser para todos, inclusive para os policiais?
- Atrapalham o trabalho da polícia?

11. COTIDIANO INSTITUCIONAL (A ROTINIZAÇÃO DAS TAREFAS E DAS ATITUDES DENTRO E FORA DA POLICIA CIVIL).

- Qual a diferença do trabalho dentro e fora do batalhão?
- Você poderia narrar uma situação difícil que viveu como policial? E como resolveu?
- Você já teve que ser violenta alguma vez? Quando e em que circunstâncias?
- O que sente quando veste a farda?

12. GÊNERO

- Como você acha que a população vê o trabalho da policial feminino?
- Como foi recebida pelos colegas? Houve e há alguma diferença no tratamento das praças e oficiais? Entre os colegas e as colegas?
- Você já sofreu alguma forma de preconceito por ser PC feminina?
- Tem algum privilegio por ser uma policial feminina?
- Quais os principais desafios no exercício da profissão da Policial mulher?
- Já sofreu algum tipo de assédio?

O questionário usado nas perguntas para as mulheres da segurança pública se foi o mesmo usado das instituições Policiais e Guarda Municipal, somente foram mudados os nomes das corporações da Policia Militar, Policia Civil e Guarda Municipal.